

DÊNIS DE LIMA

PASQUINIZANDO

O PASQUIM

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
CONCEITOS	5
PRÓLOGO – OS MOTIVOS DO LIVRO	6
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO	8
CAPÍTULO II – UMA BOA BEBEDORA E UM GENERAL PEGADOR	11
CAPÍTULO III – PURO HUMOR	19
CAPÍTULO IV – NÃO ERA UM MAR DE ROSAS	32
CAPÍTULO V – PASQUIM ENTREVISTA LEILA DINIZ	35
CAPÍTULO VI – COMEÇA A POLITIZAÇÃO	38
CAPÍTULO VII – DÊNIS ENTREVISTA MOUZAR BENEDITO	50
CAPÍTULO VIII – DECADÊNCIA	54
EPÍLOGO – BALANÇO FINAL	64
Referências	65

APRESENTAÇÃO

Nos tempos da Ditadura Militar (1964-1985), o governo exercia (ou tentava exercer) um controle ferrenho sobre a Imprensa. Fiscalizava todas as notícias, sempre de olho em alguma que o desagradasse. Ameaçava jornais, prendia pessoas, colocava censores nas redações, enfim, tudo para que a Imprensa não publicasse algo “perigoso”. O livro “Cale a Boca, Jornalista”, de Fernando Jorge, cita alguns desses episódios.

Cipriano José Barata de Almeida, (...), esteve preso diversas vezes, sob a acusação de injuriar o governo e de promover agitações. Como fazia isto? Segundo a opinião do governo, somente com os seus textos de jornalista... Ele, “o Baratinha, salienta Marco Morel, “tocava na ferida da estrutura social”, ao afirmar no seu periódico: “Há sujeitos que estão de posse de 20, 30 e 40 léguas de terra, muito injustamente possuídas, quando os demais cidadãos, (...) não possuem uma pequena porção em que levantem sua cabana, ou cavem sepultura (JORGE, 1990, págs. 23 e 24).

O livro não dá mais explicações sobre o pensamento do “Baratinha”, não diz como ele chegou à conclusão de que as terras eram injustamente possuídas (isso, por si só, era uma acusação bastante séria). No entanto, se a proporção levantada pelo jornalista for aceita como verdadeira, ela mostra que o problema da distribuição de terras no Brasil é bem antigo, questionando as relações de poder instituídas no Brasil.

A primeira edição do “Novo Dicionário Aurélio” define “Democracia” como o regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.

No dia 11 de abril, (...), o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição. Prometeu “entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa”. Em 1967 entregou uma não dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas (GASPARI, 2002, p. 125).

E que respeito o governo tinha por tais princípios se as eleições não eram livres, e prisões eram feitas sem motivo? Isso para não falar dos mandatos que poderiam ser cassados de acordo com a vontade do governo (isso depois do Ato Institucional nº 5, de 1968) – o que deixava o Legislativo completamente à mercê do Executivo.

A censura não permitia que certos atos da ditadura fossem divulgados, pois o governo precisava manter uma boa imagem em relação à população, uma imagem de democracia (uma prova disso é que o governo preferia “amarrar” as mãos do Legislativo ao invés de simplesmente fechar o Congresso). A imprensa, por outro lado, precisava da liberdade para fazer seu trabalho, e para ter liberdade, precisava da democracia.

As diferenças entre a “Grande Imprensa” e a “Imprensa Alternativa” começam a se destacar a partir do posicionamento de cada meio: de modo geral, enquanto a primeira resolveu não se chocar diretamente com o governo, a segunda optou por divulgar a informação, mesmo contra a vontade da censura.

Muitos estudiosos (como Bernardo Kucinski e Fernando Jorge) falam da luta da “Imprensa Alternativa” contra a ditadura. Após a queda do regime militar, muitos jornais diziam que a vigilância deveria ser permanente, para aqueles tempos não voltarem. Os acontecimentos de 2009 e 2010 deixaram várias perguntas no ar, principalmente esta: a vigilância afrouxou?

Os anos de 2009 e 2010 ficaram marcados por ataques contra a Imprensa e contra manifestações culturais. A censura ao jornal “O Estado de São Paulo”, liminares proibindo jornais de publicar certas matérias, a tentativa de impedir humoristas de falarem de políticos durante o horário eleitoral, enfim, o que isso significa? Cerceamento à liberdade de expressão, ou apenas falhas do nosso sistema?

Para tentar recordar aqueles tempos e, portanto, impedir que eles voltem, este livro foi escrito para analisar o jornal “Pasquim”, conhecido por sua luta contra a ditadura, e para mostrar as semelhanças entre o período ditatorial e o atual. O país não vive numa ditadura, mas as iniciativas mencionadas no primeiro parágrafo podem fazer o Brasil voltar para ela – será?

Este livro é meu Trabalho de Conclusão de Curso – 2010, ano em que termino minha faculdade de Jornalismo. Quando fui apresentá-lo na banca (formada por três dos meus antigos professores), um dos avaliadores disse que as comparações feitas, as semelhanças apontadas, foram um tanto exageradas, ele não acha que a ditadura possa voltar. O Brasil está bem longe disso, segundo ele.

Talvez meu antigo professor esteja com a razão, afinal eu nasci depois da ditadura, não sei como foi viver durante aquele regime. O professor, por outro lado, viveu aquela época, pode descrever as diferenças entre os anos da ditadura e o período atual como eu não poderia fazer, pela razão exposta no início deste parágrafo. Entretanto, a censura ao “Estadão”, as liminares contra jornais, o episódio envolvendo os humoristas, foram equívocos (para não dizer falhas grotescas, ou, se vocês preferem um português mais claro, “cagadas”) do nosso sistema, e nenhum dos professores discordou – quer dizer, em relação a equívocos, “falhas grotescas” é um pensamento meu, mas acho que poucos discordam de mim.

O “Pasquim” foi escolhido por um motivo especial: foi o de maior tiragem entre os jornais da chamada “Imprensa Alternativa” e tinha o humor, característica não partilhada por nenhum outro jornal.

CONCEITOS

De acordo com Kucinski (1991), os valores essenciais do conceito de *Alternativa* são: algo que não está ligado às políticas dominantes; uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; uma única saída para uma situação difícil; e o desejo das gerações dos anos 70 e 80 de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

As diferenças entre a “Grande Imprensa” e a “Imprensa Alternativa” começam a se destacar a partir do posicionamento de cada meio: de modo geral, enquanto a primeira resolveu não chocar-se diretamente com o governo, a segunda optou por divulgar a informação, mesmo contra a vontade da censura.

A Imprensa Alternativa deu espaço àqueles que se mostravam contra o governo. Em muitos jornais desse tipo, os colaboradores não eram apenas jornalistas, mas também acadêmicos, intelectuais, ativistas políticos, e até mesmo os próprios leitores colaboravam com textos. E para que as matérias chamassem a atenção do público de alguma forma, era necessário fazer algo diferente do convencional, tanto na linha editorial, quanto na forma, para realmente ser a “Alternativa” em relação aos meios tradicionais.

Estudar a Imprensa Alternativa é importante, pois, ela ajudou no processo de mudança de se fazer jornalismo, questionando o modelo tradicional e incentivando a formação de uma imprensa mais crítica e independente. Era preciso se aproximar do leitor, e um jeito para fazer isso era colocar a linguagem informal, colocar a mensagem de maneira que todos pudessem entender. Uma vez que a classe média teve uma noção maior de como o regime funcionava, passaram a questioná-lo (o primeiro passo para acabar com a ditadura).

O Pasquim não é um tema novo, já foram feitas inúmeras pesquisas sobre ele, vários livros sobre jornalismo o mencionam, muitos até poderiam dizer que o tema estava esgotado. Não está por duas razões: a primeira, mencionada anteriormente, a situação atual guarda semelhanças com a do tempo do Pasquim. A outra: o tema pode não ser infinito, mas o jeito de se abordar é.

Até agora, o Pasquim foi analisado do ponto de vista jornalístico e acadêmico, muito do que era dito, da forma que era dito, se direcionava apenas a quem está nas redações ou nas universidades, não houve interesse em mostrar o Pasquim aos “não-acadêmicos” e aos “não-jornalistas” da geração atual. Ou melhor, houve: os três volumes de “O Pasquim – Antologia” são compilações das melhores edições do jornal; entretanto, provavelmente elas são mais interessantes para os antigos leitores do que para alguém que nunca leu. “Pasquinizando o Pasquim” é um livro direcionado para todas as idades e públicos, especialmente para quem nunca ouviu falar do jornal.

Os livros-reportagens têm várias categorias. O meu pode ser considerado um ensaio, pois eu procurei me colocar no texto, tal como faziam aqueles que trabalhavam no Pasquim. Aliás, o título vem daí: “Pasquinizando” é um neologismo, a fusão das palavras “Pasquim” e “Analisando”. “Pasquinizando o Pasquim” significa analisar o Pasquim de acordo com o estilo do próprio jornal (tentar pelo menos).

O livro busca analisar as edições do Pasquim (não chega a ser objetivo no sentido estrito da palavra, mas não quer dizer que não tenha argumentos), mostrar as mudanças pela qual passou ao longo do tempo e mostrar as incômodas semelhanças entre o período da publicação e o atual.

PRÓLOGO – OS MOTIVOS DO LIVRO

Com tantos temas, por que eu fui justamente escolher o Pasquim? Um momento, Pasquim? Não é o nome daquela revista dos livros do Harry Potter? Bom, também, mas o Pasquim do qual estou falando é um jornal que circulou nos tempos da ditadura militar e fazia parte da chamada “Imprensa Alternativa” – meios de comunicação que, ao contrário da mídia tradicional, combatiam o regime militar (ou pelo menos tentavam).

Obs.: “Imprensa Alternativa” é o nome dado hoje a jornais como o Pasquim. Na época em que eles circulavam, eram conhecidos como “Imprensa Nanica”, devido ao formato tablóide e por serem “pequenos” em relação à Grande Imprensa, e também como “Jornalismo do Leitor” – em jornais como o Pasquim, a relação entre jornalistas e leitores eram mais próximas, alguns leitores se tornaram colaboradores daqueles jornais.

E como aqueles jornais combatiam os militares? Denunciando os excessos do regime e usando recursos criativos para driblar a censura, como embebedar os censores, por exemplo, artimanha da qual falarei mais tarde.

Voltando à pergunta inicial, por que escolhi fazer um livro sobre o Pasquim? Bem, quando eu estava no terceiro ano do curso de Jornalismo na Unesp (isso foi em 2009), eu e alguns colegas fizemos um trabalho sobre Imprensa Alternativa. O engraçado é que nem tratamos do Pasquim. Se não me engano, ele até foi citado como exemplo, mas o trabalho se dedicou a outras publicações, como o “Versus”, e o “Coojornal”. Tinha mais dois, mas eu não lembro quais eram, e agora são duas da manhã, não vou acordar ninguém para perguntar.

Fui encarregado de pesquisar o jornal Versus, e fiz o que qualquer estudante dedicado faria: comecei pelo Google.

Google vai, Google vem, consigo algumas informações sobre o jornal e acho um nome importante: Mouzar Benedito. Ele é um famoso jornalista que trabalhou em muitos veículos de notícia, colaborando para muitos jornais alternativos, como o Versus e o Pasquim.

Munido do telefone e do endereço, liguei para ele e combinamos uma entrevista. Ele foi bastante gentil e atencioso, me deu uma entrevista ótima. O foco era o jornal Versus, mas ele acabou mencionando outros jornais alternativos. Entrevista feita, trabalho entregue, e dias depois, tive a idéia de fazer um projeto de Iniciação Científica sobre jornais alternativos – como eu não sei quem está lendo, não custa explicar: grosso modo, Iniciação Científica é quando o aluno pesquisa um tema sob a orientação de um professor, podendo até receber dinheiro pelo serviço.

Na verdade, eu estava meio frustrado. Alguns colegas do curso já tinham conseguido Iniciação ou estágio quando estavam no segundo ano. Eu estava acabando o terceiro e não tinha nenhum dos dois.

Além dos meus colegas, tinha inveja da minha irmã. Ela também estava fazendo faculdade – Bioengenharia, tudo a ver comigo –, e já estava conseguindo Iniciação, possibilidade de estágios... Meus pais falaram que eu não devia ficar comparando, cada um tinha um caminho diferente. Isso não fez a inveja diminuir, mas me fez esquecer um pouco e me concentrar no meu projeto. Até porque, uma dica da minha irmã me ajudou mais tarde.

Bolei um projeto mirabolante. O objetivo era estudar dois meios noticiosos do passado (Versus e Pasquim) e compará-los com dois meios de hoje (o Centro de Mídia

Independente e o Observatório da Imprensa, dois sites que parecem fugir da linha tradicional de notícias).

Procurei vários professores e não tive êxito: ó me restava mais um ano na faculdade, e esse tempo não seria suficiente para analisar devidamente quatro veículos de notícia, segundo eles.

Então eu pensei: se não deu certo na Unesp, vou tentar na UFABC – a universidade onde a minha irmã estuda. Agora vocês estão se perguntando? Como foi que a UFABC entrou na história? Havia sobrado bolsas naquela universidade, então eles resolveram abrir para projetos de alunos de outras universidades. Minha irmã me avisou e aproveitei a chance. Não havia como não aceitarem, o número de projetos mandados nem chegou a superar o número das bolsas que sobraram. Então veio a surpresa: eles recusaram!!! Os motivos, quase os mesmos ditos na Unesp.

Entretanto, cabia recurso. Ou seja, eu podia reformular o projeto e tentar mandar mais uma vez. Resolvi me restringir ao Pasquim. Mais alguns dias de aflição até receber a notícia de que podia começar a Iniciação. No final, tudo saiu como planejado, só demorou mais que o previsto.

Começo a pesquisar, aprender tudo o que podia sobre o Pasquim. Tempo passa e me ocorre uma coisa: por que não aproveitar o que estou fazendo na Iniciação, para o meu Trabalho de Conclusão de Curso? Àquela altura eu já havia entrado no quarto e último ano de faculdade, já era hora de começar a pensar nisso. Claro que um trabalho é bem diferente do outro, eu não queria e nem poderia apresentar na Unesp o mesmo trabalho que fiz na UFABC. Mas o tema era o mesmo, havia informações que poderiam ser aproveitadas nos dois trabalhos.

Essa é a história da razão do Pasquim ser o objeto de estudo deste livro.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO

O *Pasquim* sofreu com a Ditadura Militar (1964-1985). Naquela época, o governo exercia (ou tentava exercer) um controle ferrenho sobre a Imprensa. Fiscalizava todas as notícias, sempre de olho em alguma que o desagradasse. Ameaçava jornais, prendia pessoas, colocava censores nas redações, enfim, tudo para que ninguém publicasse algo “perigoso”. O livro “Cale a Boca, Jornalista”, de Fernando Jorge, cita alguns desses episódios.

Um deles aconteceu com o jornalista Cipriano José Barata de Almeida. Ele esteve preso várias vezes, sob a acusação de injuriar o governo e de promover agitações.

Como fazia isto? Segundo a opinião do governo, somente com os seus textos de jornalista... Ele, “o Baratinha”, “..tocava na ferida da estrutura social”, ao afirmar que havia sujeitos de posse de 20, 30 e 40 léguas de terra, muito injustamente possuídas, quando os demais cidadãos não tinham nem uma pequena porção pra levantar cabana, ou cavar sepultura.

O livro não dá mais explicações sobre o pensamento do “Baratinha”, não diz como ele chegou à conclusão de que as terras eram injustamente possuídas (isso, por si só, era uma acusação bastante séria). No entanto, se a proporção mencionada for aceita como verdadeira, ela mostra que o problema da distribuição de terras no Brasil é bem antigo, questionando as relações de poder instituídas por aqui.

Outro episódio aconteceu com um fulano chamado Osvaldo. Ele havia se embebedado numa boate e foi preso. Acordou na cadeia, sem descobrir o motivo de sua prisão. Provavelmente, o agente que o prendeu também estava bêbado, e não conseguia lembrar-se por que o havia prendido. E durante um mês, Osvaldo foi torturado para contar o motivo pelo qual havia ido parar na Operação Bandeirantes.

A primeira edição do “Novo Dicionário Aurélio” define “Democracia” como o regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder. O governo tinha muito respeito por tais princípios: as eleições *não* eram livres, prisões eram feitas sem motivo e as “eleições” não tinham participação popular. Um exemplo: em 11 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Prometeu “*entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa*”. Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas.

Acrescente isso ao fato de os mandatos poderem ser cassados de acordo com a vontade do governo (isso depois do Ato Institucional nº 5, de 1968) – o que deixava o poder Legislativo completamente à mercê do poder Executivo. Vale comentar que durante um triste episódio da política brasileira ocorrido em 2005, o Executivo aperfeiçoou suas técnicas, não precisou de Atos Institucionais para controlar o Legislativo. Precisou apenas fazer pagamentos mensais.

A censura não permitia que certos atos da ditadura fossem divulgados, pois o governo precisava manter uma boa imagem em relação à população, uma imagem de democracia (uma prova disso é que o governo preferia “amarrar” as mãos do Legislativo ao invés de simplesmente fechar o Congresso). A imprensa, por outro lado, precisava da liberdade para fazer seu trabalho, e para ter liberdade, precisava da democracia.

É incrível como problemas de décadas atrás continuam atuais. Não estamos numa Ditadura, mas podemos afirmar que houve um retrocesso.

No dia 22 de agosto de 2010, humoristas organizaram uma passeata contra uma liminar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que proibia qualquer programa televisivo de mencionar algum político na época de campanha eleitoral, e também impôs restrições a jornais e a rádios. Os organizadores da passeata afirmaram que a classe dos humoristas é a mais desorganizada, a que é a mais difícil para se unir. E se eles se uniram, é porque a situação não está muito boa... Usando as palavras deles, não poder falar de político durante campanha eleitoral é como não falar de futebol na Copa do Mundo. Os ataques são contra a Imprensa, contra humoristas... é a censura voltando? Pensando bem, talvez não. Dias depois, a liminar foi cancelada.

Segundo Fernando Jorge, “*O ódio contra a imprensa no Brasil é um ódio antigo, secular, proveniente de espíritos sempre anacrônicos, em conflito com os avanços da democracia*”. Ele é bastante parcial na hora de se referir à imprensa, exaltando-a. A fala deixa evidente que, de acordo com o ponto de vista do autor, imprensa e democracia estão intimamente ligadas. Resumindo, a ditadura, segundo Jorge, precisaria “destruir” a imprensa livre se quisesse prevalecer sobre a democracia.

As diferenças entre a “Grande Imprensa” e a “Imprensa Alternativa” começam aí: de modo geral, enquanto a primeira resolveu não se opor diretamente ao governo, a segunda optou por divulgar a informação, mesmo contra a vontade da censura.

A Imprensa Alternativa deu espaço àqueles que se mostravam contra o governo. Em muitos jornais desse tipo, os colaboradores não eram apenas jornalistas, mas também acadêmicos, intelectuais, ativistas políticos, e até mesmo os próprios leitores colaboravam com textos. Ou seja, para combater a Ditadura, foi necessária a união de vários diferentes tipos de profissionais, ou até não profissionais.

Para que as matérias chamassem a atenção do público de alguma forma, era necessário fazer algo diferente do convencional, tanto na linha editorial, quanto na forma, para realmente ser a “Alternativa” em relação aos meios tradicionais.

O Pasquim, como parte da Imprensa Alternativa, ajudou no processo de mudança de se fazer jornalismo. Para o cartunista Sérgio Jaguaribe (mais conhecido como Jaguar, um dos fundadores do objeto de estudo deste livro), a imprensa tirou o paletó e a gravata com o “Pasquim”.

Aliás, essa história de tirar o paletó e a gravata é bastante engraçada. A edição número 1 do Pasquim teve como entrevistado o colunista Ibrahim Sued – o colunista mais lido do país naquela época, segundo o próprio Pasquim. O plano original era a entrevista ser feita por três pessoas: Jaguar, Tarso de Castro e Sérgio Cabral. Abaixo, um trecho de uma entrevista de 2007 concedida por Jaguar à Folha de São Paulo.

FOLHA - Mas você escreveu que, com o ‘Pasquim’, a imprensa tirou o paletó e a gravata.

JAGUAR - É verdade, mas a mudança já estava acontecendo. O ‘Pasquim’ deu certo porque as pessoas se identificaram. Por outro lado, posso dizer que quem começou essa transformação toda na imprensa brasileira fui eu, e por acidente.

FOLHA - Como assim?

JAGUAR - A gente tinha feito uma entrevista com o Ibrahim Sued. Fomos eu, o Tarso de Castro e o Sérgio Cabral. Mas depois todo mundo sumiu.

FOLHA - Sumiu?

JAGUAR - Sim, sumiu. Éramos um bando de porra-louca. Os dois foram para a farra e eu tive de tirar a entrevista sozinho. Só que eu não sou jornalista e não sabia fazer isso. E deixei o texto com o jeito coloquial mesmo. Virou nosso ‘estilo’.

Naquela época, Tarso de Castro e Sérgio Cabral eram jornalistas consagrados, e queriam colocar a entrevista em linguagem jornalística, não pareciam ter aceitado bem a idéia da linguagem coloquial. Mas já estava quase na hora de escrever o texto final da edição e mandar para a gráfica imprimir... (quem mandou eles sumirem?). No fim, isso acabou favorecendo o *Pasquim*. Afinal, se era preciso se aproximar do leitor, um jeito para fazer isso era colocar a linguagem informal, colocar a mensagem de maneira que todos pudessem entender. Tempos mais tarde, outros jornais adotaram a fórmula do *Pasquim*. E pensar que uma das grandes inovações do jeito de se fazer jornalismo no Brasil aconteceu por acaso...

Uma vez que a classe média teve uma noção maior de como o regime funcionava, passou a questioná-lo; já era o primeiro passo para acabar com a ditadura.

Atuando dentro do controle dos censores militares, a Imprensa Alternativa desenvolveu suas “artimanhas” para driblar a censura. O *Pasquim* optava por deixar implícito quando não podia se expressar livremente. A edição 22 (novembro de 1969, uma das mais vendidas, talvez a mais vendida da história do *Pasquim*) do jornal mostra a entrevista com a atriz Leila Diniz. Asteriscos eram colocados nos lugares onde deveriam sair palavrões para não se perder a oralidade do texto – ou seja, para o leitor, ficava nas entrelinhas.

O *Pasquim* teve sua primeira edição publicada em 26 de junho de 1969. Sete meses depois, recebeu uma visita indesejável: a censura.

A partir de janeiro de 1970, o jornal começou a ser censurado. Uma pessoa, o(a) censor(a), ficava na redação do jornal decidindo o que poderia ou não ser publicado. Aliás, essas pessoas também agiram em peças teatrais, criações musicais... Na verdade, parece que a censura já estava causando problemas ao *Pasquim* antes, mas foi só em 70 que passou a haver censores dentro da redação.

CAPÍTULO II – UMA BOA BEBEDORA E UM GENERAL PEGADOR

1970, Redação do *Pasquim*.

– Olha lá, ela chegou.

– Primeiro fazem aquilo no número 39, agora colocam alguém pra nos vigiar de perto.

– Bom, isso quer dizer que estamos incomodando, não é?

A Redação do *Pasquim* estava com uma pessoa a mais. Não era jornalista, cartunista, colaboradora ocasional, secretária, ou algo do tipo. Não trabalhava no jornal. Mesmo assim, essa pessoa estava lá.

A mesa dela ficava do lado da mesa de Jaguar (guardem este fato, ele vai ser importante para esta história). O que ele sentia, se era medo, ou se ria da situação, ou apenas um desconforto, apenas o próprio pode dizer (desculpem a aliteração). Mas acho que era estranho trabalhar ao lado de uma pessoa mandada pelo governo militar.

Dona Marina foi a primeira censora do *Pasquim*. A missão dela: impedir, a qualquer custo, a publicação de algo que o regime considerasse subversivo (certo, esse “a qualquer custo” pode ter sido dramático demais, mas vocês entenderam a idéia).

A descrição física da Dona Marina eu não sei – esqueci de perguntar durante as entrevistas e não consegui descobrir durante as pesquisas para este livro. Entretanto, isso pouco importa para a história a seguir.

– Certo, Henfil, esse desenho pode sair. Deixa eu ver, esse aqui também pode – disse Dona Marina, enquanto devolvia a folha.

Só para registrar: Henfil era *Pasquim*, jornalista e quadrinista.

Depois de analisar as páginas de Henfil, ela passou para as de Jaguar.

Alguns minutos depois...

– Jaguar, essa matéria não pode sair – disse Dona Marina.

– Por que, o que tem de errado?

– É um desrespeito ao governador. Mude isso, ou eu corto a matéria toda.

– Desrespeito? É só uma piada, a senhora sempre ouve a gente fazer brincadeira aqui na redação.

– Quando a brincadeira é de vocês para vocês, não tem problema nenhum. Mas não posso deixar vocês publicarem coisas como essa aí que você escreveu. É meu trabalho. E já sou bastante legal de não relatar aos meus superiores as coisas que vocês dizem por aqui.

Os dias foram passando, o jornal ora conseguia burlar a vigilância de Dona Marina, ora perdia uma parte do material.

– Oi, Ziraldo, tudo bem?

– Tudo, Dona Marina, e a senhora?

– Tudo bem.

Ziraldo pegou uns papéis e mostrou para Dona Marina.

– Então, está aprovado?

– Essas páginas sim, mas essas eu não sei... parece que você está criticando a instituição da família...

– Estou mesmo.

– Então não posso aprovar isso, lamento.

– Mas por que, não é nada demais.

– Se eu deixar passar isso, fico sem emprego. Quem vai sustentar meu filho?

Eles ficaram em silêncio por uns instantes e Ziraldo disse:

– Você não fica triste de fazer esse trabalho, de ser a anti-criação, de atrapalhar o que os artistas fazem?

Ela, em lágrimas, respondeu:

– Já tô cheia de problemas, e você fica falando isso, tenho que pagar o aluguel... Eu e meu marido vamos nos separar...

Com o passar dos dias, a Redação pareceu perceber que Dona Marina fazia o que fazia por obrigação. Até rolou uma certa amizade entre ela e os jornalistas... Porém, independentemente da motivação dela, o jornal precisava seguir as diretrizes, Crítica Social e “cutucadas” na Ditadura, e Dona Marina dificultava o trabalho

Como já foi dito antes, a mesa de Jaguar era do lado da mesa de Dona Marina. Os dois trabalhavam lado a lado – assim, ela não pôde deixar de reparar na garrafa de uísque que ele sempre trazia. Os olhares dela para a garrafa não deixavam dúvidas... Jaguar ofereceu a bebida, Dona Marina aceitou prontamente.

Ela bebeu até ficar corada. Começou a ler as matérias. Quer dizer, tentar. O pessoal da Redação trocou olhares significativos.

– Isso aqui.... isso... que tá escrito mesmo? – perguntou, enquanto afastava e aproximava a página dos olhos para tentar ler alguma coisa.

– Hum, isso pode, tu-tudo bem. Isso também, não tem problema. Opa, mas isso aqui... acho que, acho que...não, isso não pode.

– Quer mais um pouco, Dona Marina? – ofereceu Jaguar.

Ela não se fez de rogada. Bebeu mais um pouco e voltou às matérias

– Sei lá acho que... não sei... ah, tá aprovado. Isso aqui, deixa eu ver – disse ela, enquanto olhava uma foto –...meio estranha essa fotografia... Ah, tá aprovado.

Dona Marina estava aprovando mais coisas, mas continuava hesitando. Jaguar ofereceu mais uísque.

– Enche até o talo.

Minutos depois:

– HAHHAHA, aprovado. – Pegou outra página. Continuou: – Aprovado. – E mais outra: – Aprovado, aprovadíssimo. Jaguar – disse ela, se levantado e mal conseguindo ficar em pé – isso aqui tá muuuuuito bom... Tuuuuudo aprovado...

Ela voltou a sentar. Mal conseguia permanecer na cadeira.

Três doses, aprovação garantida. Era essa a conta da redação do jornal para fazer Dona Marina aprovar as matérias. Eles iam oferecendo uísque enquanto ela avaliava o jornal e lá pela terceira dose ela aprovava tudo.

Se uísque bastasse para o jornal driblar os censores, então o problema estava resolvido. E, é verdade, bastou por algum tempo. Dona Marina simpatizava com o pessoal da Redação, e podia tomar uísque de graça quando quisesse... ou, pelo menos, enquanto estivesse trabalhando.

Certo dia, Jaguar estava revisando uma matéria, quando viu Dona Marina com um olhar preocupado. Eles eram bem próximos, por isso Jaguar notou rápido. Trabalhava na mesa ao lado...

– Tudo bem, Dona Marina?

– Mais ou menos... Meu chefe disse que não tô fazendo um bom trabalho, que tô deixando passar muita coisa...

– Como assim? A senhora lê tudo o que nós fazemos. É uma ótima censora. *Principalmente quando bebe* – as três últimas palavras ele não disse, só pensou.

– E se não estiverem gostando do meu trabalho? E se eu for demitida?

– Desde quando eles gostam de alguma coisa? Se gostassem, a senhora nem estaria aqui pra começar. Relaxa – o tom de Jaguar era tranquilizador, mas, no íntimo, ele sabia que as preocupações de Dona Marina tinham motivo. A tática para ludibriá-la

era realmente eficiente; entretanto, Jaguar não poderia embebedar todo mundo, especialmente quem fiscalizava de fora da Redação.

Um dia, Dona Marina foi chamada para dar esclarecimentos aos chefes.

– A senhora poderia me explicar o que é isso? – perguntou o chefe, enquanto mostrava uma página do *Pasquim* – o texto era de Millôr (isso mesmo, Millôr Fernandes, hoje ele trabalha na revista “Veja”).



Pasquim nº 29, 8/01/70, pág. 3

– Isso é apenas uma brincadeira, o senhor sabe, eles tiram sarro de tudo.

A expressão do chefe dizia tudo: “Tá me achando com cara de palhaço?”. Dona Marina resistiu à tentação de dizer que ele tinha, e continuou.

– Além disso, o texto tá em inglês, quem vai entender o que tá escrito aí?

– Eu entendi.

Dona Marina não tinha mais argumentos. A imagem do policial correndo atrás de uma pessoa – no caso, o próprio autor do texto –, dizendo todas aquelas palavras, por si só, era bastante expressiva. E quem soubesse pelo menos um pouco de inglês, e estivesse bem informado, teria a atenção voltada para uma frase do penúltimo parágrafo (não sei se vocês conseguem ler na imagem): “And writing in English, I will have another pleasure: the revision (proof-reading) will not alter, modify, rote my articles. Because as I see from my own experience as a reader, the most difficult language for revision is Portuguese. I read every magazine in English and I never find any error. But, when, for instance, I read Paskin, it is wholly botched, sometimes looking (and smelling) like **O Cruzeiro**. It **must** be the language. Portuguese is not good for revision”.

Eu sei, pode ter sido meio cansativo ler tudo isso, mas resolvi colocar para poder explicar melhor a situação. Traduzindo: “E escrevendo em inglês, terei outro prazer: a revisão (leitura de prova) não vai alterar, modificar meus artigos. Porque minha experiência como leitor mostra que a língua mais difícil para se revisar é o Português. Eu leio toda revista em inglês e nunca encontro erro nenhum. Mas quando, por exemplo, eu leio Pasquim, é totalmente remendada, às vezes parecendo (e cheirando) como **O Cruzeiro**. Deve ser por causa da língua. Português não é bom para revisão”.

Como Dona Marina deixou várias coisas deste tipo serem publicadas, o destino dela era previsível. Ela tinha aprovado muito material tido pela censura como “inconveniente”. Quem não aprovou o trabalho dela foram seus chefes. Foi demitida.

Só para registro: “O Cruzeiro” era uma revista que cobria assuntos como vida dos astros de Hollywood, cinema, esportes e saúde. Também tinha seções de charges, política, culinária e moda. Em seu auge, chegou à marca de 720 mil exemplares, mas em 1970 já estava em declínio. E, pelo jeito, Millôr não tinha muita simpatia por aquela revista.

Provavelmente é desnecessário dizer – por via das dúvidas, vou dizer assim mesmo: sempre que podia, a censura ajudava na revisão dos jornais.

1970, em algum lugar do Rio de Janeiro.

Para o lugar de Dona Marina contrataram o general Juarez Paz Pinto. Jaguar e Ivan Lessa (jornalista e escritor, também fez parte do *Pasquim*) iam encontrar o general, levando o material para ele dar uma olhada.

O lugar, na falta de termo melhor, era um “apartamento onde o general passava horas felizes”. Basta dizer que, apesar de aposentado como general, ele ainda estava inteirão e era cheio de namoradas...

- Quem diria que iam demitir a Dona Marina... – começou Jaguar.
- Acho que até demorou, considerando tudo que ela deixou passar.
- Será que vamos dobrar o general?
- Ele parece ser gente boa, mas também vai querer preservar o emprego.

Chegaram ao “lugar onde o general passava horas felizes”. Batidas na porta, o general abre.

Após os cumprimentos, Lessa e Jaguar se depararam com uma Brigitte Bardot, sem nada por cima. Na verdade, era um retrato. O jornalista e o cartunista acharam graça. Os três se sentaram para discutir o que podia, ou não, ser publicado.

Depois de alguns minutos, bateram na porta. Uma mulher muito bonita havia acabado de entrar.

– Deixa eu apresentar – disse o general. – Este é o Jaguar, do *Pasquim*. Este é o Ivan Lessa, também trabalha lá. Me contrataram pra censurar o jornal.

O rosto do general transbordava de orgulho, mas o motivo era incerto; orgulho por poder mostrar que ainda se encontrava com mulheres bonitas na idade dele, ou orgulho por conhecer pessoas que trabalhavam num jornal tão popular na época. Provavelmente, um pouco dos dois.

– Já estou terminando aqui – disse ele à mulher. – Vai indo pro quarto que daqui a pouco eu vou.

Eu não estava lá para ver, mas com certeza ela deve ter trocado um “daqueles olhares” com o general antes de ir para o quarto. Já ouvi gente dizer que essa história de ficar, sexo sem compromisso e coisas do tipo é um fenômeno recente. “No meu tempo não era assim”, dizem, “Meus pais nunca iam me deixar beijar alguém que não fosse meu namorado”.

Isso pode até ter acontecido com algumas pessoas, mas a história do general prova que a (desculpe o termo) putaria acontece há bastante tempo. Hoje, ela é apenas mais escancarada, só isso. E aquele general era o funcionário de um governo que dizia defender os valores tradicionais, a família... Eu me pergunto se o governo militar realmente acreditava nesses valores, ou se apenas usava esses pretextos para manter o controle.

– Vamos, precisamos terminar isso rápido – disse o general.

– Bem, então, podemos publicar isso aqui? – perguntou Jaguar, mostrando umas fotos e uns textos. O censor deu uma lida bem por cima, olhou as fotos rapidamente.

– Sim, sim, podem, agora mostra a outra página.

– Podemos mesmo? – perguntou Lessa. – Não sei, acho que ficariam bravos com a gente se publicássemos isso...

Jaguar estranhou. Lessa questionando uma aprovação? Depois, percebeu. O general não queria deixar a moça estava esperando...

– Sim – disse o general –, não tem problema, agora mostra logo o resto.

– Eu tenho minhas dúvidas – disse Jaguar. – Já fizeram aquilo ano passado com o número 39... Não quero problemas com eles outra vez.

– Olha, pode colocar, coloca tudo, tá tudo aprovado – disse o general. – Se vocês não se importam, acho que já terminamos por hoje.

Jaguar e Lessa não pensaram duas vezes e se retiraram. Como era bom explorar as fraquezas dos outros... Então, por que não explorá-la ainda mais?

Alguns dias depois, a Redação do *Pasquim* tinha acabado de fechar uma edição. Alguns foram para casa, outros foram para o bar. Ziraldo comentou com Henfil:

– Eu tava indo pra Redação outro dia, e sabe quem eu vi na praia?

– Quem?

– O general.

– O general?

– Sim, o general. Jogando cartas com os coroas de lá. Pelo que eles estavam falando, parecia biriba.

– Quando foi isso? – perguntou Henfil.

– Sei lá... quarta, eu acho.

– Teve um dia que eu vi o general lá na praia também, fazendo a mesma coisa. E era quarta – Henfil fez cara de pensativo, ruminando idéias.

– Henfil...

– Ziraldo, precisamos de uma secretária.

Uma fila de moças se formava em frente à Redação do jornal. Secretária do *Pasquim*, aquele jornal que todo mundo adorava... Entrava moça, saía moça, e nenhuma

delas parecia ser quem a Redação procurava. A maioria estranhou o processo de seleção: todas eram beeeem olhadas, e perguntadas se estavam dispostas a levar as matérias do jornal para um censor que estaria na praia. Mas podia ir apenas usando biquíni.

Então, finalmente encontraram a moça que se encaixava no perfil. Não é preciso fornecer maiores detalhes físicos, apenas é necessário dizer que ela era do tipo “boazuda”, principalmente quando usava aqueles biquínis beeeem pequenos (falando sério, eu não sei se os biquínis daquela época eram tão pequenos quanto os de hoje, mas não provavelmente o biquíni da secretária não devia ser dos maiores, considerando a tarefa dela).

Quarta-feira, dia do biriba na praia.

Lá estava o general, descontraído, jogando com os coroa. Tudo igual, exceto pela figura de uma linda mulher, apenas de biquíni, com alguns papéis na mão. A cara de todos não poderia ser mais óbvia, e ficou ainda mais óbvia quando ela se dirigiu para onde eles estavam.

– Com licença, eu sou do *Pasquim* – começou ela, com uma voz bem sedutora –, e trouxe essas matérias pro senhor censurar.

Virou rotina. Em outra quarta-feira:

– Generalzinho, eu trouxe a materinha do *Pasquim* pro senhor censurar – disse ela, enquanto se sentava no colo do general. Ele ficou todo descontraído, cheio de si, enquanto os outros o olhavam com inveja.

Ele leu algumas matérias...

– Não posso aprovar isso.

– Mas por que, generalzinho? – perguntou ela, enquanto o acariciava. – Aprova, vai, faz esse favorzinho pra mim...

Nem é preciso dizer que ele fez o favorzinho. E ainda dizem que homens são o sexo frágil...

Às vezes o general resistia em aprovar algo. Nada que a secretária não pudesse resolver, mas exigia mais esforço.

– Essa matéria não dá pra aprovar.

– Ah, generalzinho – disse ela, enquanto se esfregava nele, lentamente, mas com vontade. – Aprova, faz isso por mim.

A expressão dele estava fechada e se descontraiu. Ele aprovou as matérias e voltou para o jogo, com um sorriso de orelha a orelha e os companheiros de mesa eram inveja pura.

Nem sempre era preciso o uso da secretária. Em algumas situações, conversa bastava. Certo dia, uma foto tinha desagradado bastante o general. Era uma foto de uma estrada, tirada de cima, com uma lente olho de peixe. O resultado final era uma imagem parecida com essa aqui.



Abaixo, um comentário de Ziraldo (ele mesmo, o criador do menino maluquinho): “Eu estava vendo essa foto e disse: ‘Nossa, que foto mais fállica’. Mas meu amigo disse: ‘Fállica não é não, hein, é outra coisa’. Leitor, sugira adjetivos para esta foto”. (Não lembro se estava escrito exatamente assim, mas o sentido é esse).

– Vou ter que vetar esta foto – disse o censor.

– Mas – contestou Lessa –, isso aqui é uma piada de colégio, coisa de criança, pô.

– Não, vocês pensam que me enganam? Vocês estão esculhambando a Transamazônica.

Transamazônica, ou BR-230: projetada durante o governo de Médici (1969-1974). É uma das “obras faraônicas” – assim classificada por causa de suas grandes proporções – realizadas pelo regime militar. Em 1970, ainda estava em construção. Uma obra grande como aquela, o governo militar não deixaria de usar para se auto-promover, daí o general-censor não querer uma crítica contra ela. Um momento: obra de grandes proporções usada pelo governo para se auto-promover? Gozado, isso me soa tão familiar...recente...

Voltando ao diálogo:

– Como a Transamazônica? Isso aqui é uma estrada americana.

– Não, tá lá, vocês pensam que me enganam? Tá ali, fállico.

O general achava que fállico = falho. Explicaram a ele o significado de “fállico”. O censor, todo envergonhado, retirou o veto e pediu:

– Não conta pra ninguém.

Ivan Lessa não atendeu ao pedido do general.

Outra situação foi o poema de Luiz Carlos Maciel. Num documentário sobre o *Pasquim*, Maciel aparece dizendo que tinha uma certa tradição que vinha da época de 45. Escreveu um poema hermético (segundo o dicionário, hermético pode ser fechamento perfeito, ou misterioso, difícil de ser compreendido).

O general chegou para censurar o jornal e colocou, sem a menor cerimônia, um “xis” vermelho sobre o poema. Ziraldo não entendeu.

– Mas general, por que o senhor vai vetar o poema do Maciel? Que mal pode fazer isso, o que isso tem de subversivo? Não tem nada, isso aí é uma coisa sem pé nem cabeça, nem se entende o que tá escrito aí, por que vai ser vetado?

– Exatamente isso. Porque não se entende. Por que o Maciel tá botando um poema que não se entende no *Pasquim*? Porque ele tá passando pro leitor a seguinte mensagem subliminar: “Como eu não posso escrever aquilo que eu quero, porque tem censura à imprensa no Brasil, eu escrevo uma coisa pra ninguém entender. Bom, se o Maciel pensa isso, que ele não pode escrever porque tem censura no Brasil, isso é falso. Isso é uma mentira. E, portanto, eu censuro”.

Sem comentários...

Em outra parte do documentário, Miguel Paiva, outro ex-integrante do *Pasquim* diz que a censura ao jornal nunca foi uma censura muito inteligente. Segundo ele, a raiva contra o jornal passava por questões que, se fossem analisadas à luz da psicanálise, talvez descobrissem motivações como problemas sexuais, problemas de autoritarismo (este a censura com certeza tinha), problemas de impotência, enfim, mil justificativas...

Paiva relata um caso: “...tem uma foto do Caetano Veloso, que eu lembro, que tava toda riscada, mas riscada com raiva, como se a figura do Caetano provocasse alguma reação de asco naquela pessoa, entendeu? Então você vê que não era um corte... se a foto tivesse picada teria sido mais delicado... ou menos bandeiroso...”.

Se os censores daquela época não eram muito espertos, quem vive nesta época não tem muita sorte: os de hoje são espertos até demais. Ou talvez nem seja mérito deles, mas demérito nosso.

Agora há pouco, foi dito que havia muita raiva contra o *Pasquim*. Provavelmente, havia mesmo, considerando a bomba, a prisão de dois meses...

Agora só para esclarecer: as informações deste capítulo foram tiradas de um documentário exibido pela *TV Câmara*, “O Pasquim – a subversão do humor”, e de um livro de Bernardo Kucinski, “Jornalistas e Revolucionários”. Os textos deste capítulo são meio que uma “reconstrução” dos fatos daquela época, como eu não tinha todos os detalhes, não pude relatar *exatamente* o que aconteceu. Em outras palavras: *imagino* que que tenha acontecido daquele jeito.

Mas havia sim a Dona Marina, que aprovava tudo quando bebia demais, o general realmente aprovava tudo quando tinha mulher no meio, ele realmente tinha um retrato de Brigitte Bardot, e aqueles episódios da foto da estrada e do poema realmente aconteceram. Aquela história do Ziraldo dizer aquelas coisas sobre anti-criação e tal, ele realmente disse para uma censora, só não sei se foi para Dona Marina. E não sei se ela realmente conversou com o chefe dela sobre aquele artigo de Millôr, mas caso tivesse feito um bom trabalho como censora, não teria sido demitida.

Segundo os ex-integrantes do *Pasquim*, os censores gostavam deles, exerciam a censura única e exclusivamente para manter o emprego. Aliás, acho que falhei na simulação do diálogo de Dona Marina (na parte que ela estava sóbria), ela pareceu meio ríspida, mas ela é descrita pelo pessoal do Pasquim como boa-praça. Ah, e quanto ao processo de seleção, não sei como escolheram a secretária, mas é verídico o fato de ela usar seus “dotes” para convencer o general a aprovar matérias.

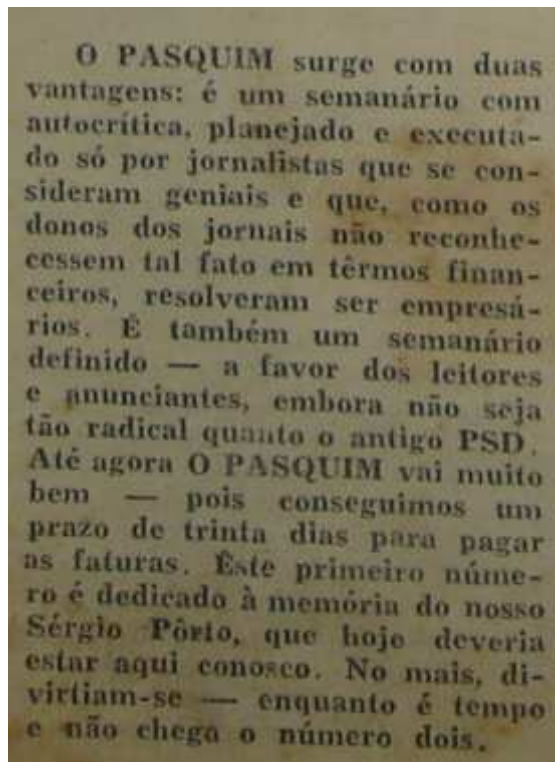
CAPÍTULO III – PURO HUMOR

A primeira fase do Pasquim ficou marcada por um tipo de linguagem debochada e irreverente, quebrando todos os padrões do jornalismo na época.

“Aos amigos tudo; aos inimigos, justiça”. Essa era a frase que estava logo abaixo do nome do jornal, na primeira edição. O jornal sempre tinha uma frase bem humorada na capa, que volta e meia, poderia ter um significado oculto – aqui já se nota um ponto no qual muitos estudiosos tocaram ao falar do Pasquim: a implicitação. No início, o jornal não tinha a política como prioridade, embora procurasse “cutucar” de leve a ditadura. Tinha o humor como grande característica e fazia críticas à sociedade. Naquela época, o AI-5 não tinha feito um ano, então não é difícil de imaginar para quem o Pasquim pedia justiça...

O uso da implicitação (aliás, o Word já sublinhou essa palavra, acho que ela nem existe – mas “imexível” também não existia) não era supérfluo, era necessidade. Se bem que a mensagem pode até ter mais impacto caso faça o leitor deduzir o sentido por ele mesmo, ao invés de dizer tudo abertamente.

Na capa daquela edição, estava o “Editorial”. A palavra está entre aspas porque o texto não foi definido como tal, não havia a palavra “Editorial” acima dele. Entretanto, considerando o conteúdo do texto, a definição dada a ele neste parágrafo tem razão de ser – ou talvez não, concorda quem quiser:

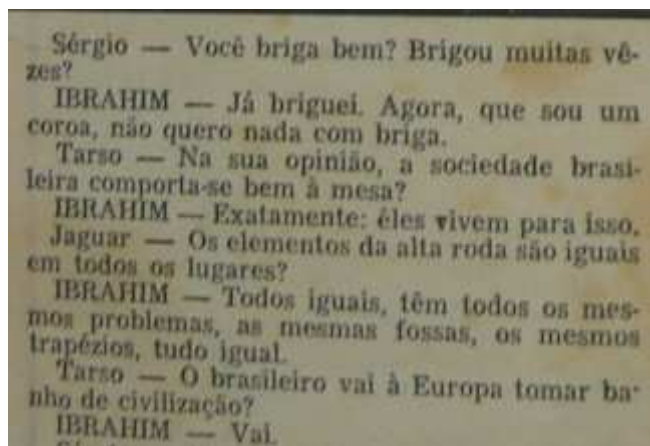


Pasquim nº 1, 26/06/1969, capa

“...semanário com autocrítica, planejado e executado só por jornalistas que se consideram geniais, e que, como os donos dos jornais não reconheceram tal fato em termos financeiros, resolveram ser empresários” – neste trecho, o jornal já se coloca à margem da mídia tradicional, o Pasquim não se via como uma empresa, era uma “patota”, pois não tinha pauta definida, cada pessoa trazia contribuições pessoais e

independentes. Ou seja, o jornal não tinha um único ponto de vista, mas sim, o posicionamento de várias pessoas. Tanto que, no documentário mencionado no fim do capítulo anterior, Martha Alencar (a primeira secretária do jornal) afirma que o jornal era composto por “feudos” – ninguém interferia no texto do outro, cada um tinha seu espaço no jornal e colocava o que bem entendia.

Outra evidência para a pluralidade de pensamentos do jornal é esta:



Pasquim nº 1, 26/06/1969, pág. 2

Perceberam? Nos jornais atuais, antes da pergunta, aparece o nome do jornal, e antes da resposta, o nome do entrevistado. Mas no caso do Pasquim, aparece o nome da pessoa que fez a pergunta, deixando clara a diversidade de pensamentos (embora, anos mais tarde, o Pasquim tenha passado a colocar o nome do jornal antes de cada pergunta). Aliás, a entrevista ping-pong, como é chamada essa entrevista com perguntas e respostas colocadas seguidamente, parece ter sido invenção do Pasquim. Numa entrevista do documentário da *TV Câmara* (Pasquim – A subversão do humor), Miguel Pavia, um dos antigos colaboradores do jornal, afirma que as páginas amarelas da revista *Veja* foram inspiradas nas entrevistas do Pasquim.

Como foi dito antes, a primeira edição do Pasquim teve como entrevistado o colunista Ibrahim Sued – o colunista mais lido do país naquela época, segundo o próprio Pasquim. Ele era colunista social e acabou mencionando uma das razões por ser tão lido: segundo ele, a Classe C se interessava tanto por notícias importantes quanto por um mundo que ela não alcançava (o mundo das celebridades). Também segundo ele, essa curiosidade era natural para quem estava na fossa em termos de economia e finanças. Hoje, a Classe C talvez não esteja na fossa, mas revistas como “Caras” ainda fazem sucesso...

Voltando à imagem acima, leiam novamente as perguntas de Tarso e as respostas de Ibrahim.

(pausa para leitura e reflexão)

Para mim, houve uma convergência de opiniões perfeitamente conveniente e aproveitada pelo jornal. E não parou por aí :

FRANCO — Já foi moeda forte na França e atualmente exerce o cargo de diretor do Trânsito na Guanabara. Fracassou nas duas profissões.

Pasquim nº 1, 26/06/1969, pág. 5

Nem os imortais da Academia Brasileira de Letras escaparam:

Trata-se da lista de telefones reservados, à qual só têm acesso os demais imortais que, por sinal, só são imortais devido à morte de seus antecessores. O próximo a morrer dará o lugar a outro imortal.

Pasquim nº 1, 26/06/1969, pág. 5

E continua (leiam para ver se percebem algo interessante):

ÊLES & ELAS — Eles no caso são Carlito Maia e Oswaldo Assef. O primeiro envia um convite — cartaz sensacional avisando que a S. J. de Mello Publicidade vai comemorar na base do quentão — “apesar do cafêzinho ser o novo produto lançado na — o dia de São Pedro que escapou da cassação. O Assef está colocando-me dentro do avião rumo a São Paulo, com vistas à festa. Beth Carvalho, essa maravilha nacional, manda perguntar se a gente quer alguma coisa de Atenas, onde ela está participando da Olimpíada da Canção, representando o Brasil. Quero sim, Beth: ir junto. Finalmente, o ator Hugo Carvana pede desculpas por ter duvidado e admite, finalmente, que seu filho Pedro é torcedor radical do Flamengo.

Pasquim nº 1, 26/06/1969, pág. 5

(mais uma pausa para leitura e reflexão)

A matéria “ÊLES & ELAS” está sendo mostrada na íntegra por um motivo especial: mostrar algumas artimanhas do jornal. A matéria começa com fatos banais, aí aparece “...o dia de São Pedro que escapou da cassação...”, e mais fatos banais. O jornal não fala abertamente, não há dados para se confirmar isso, mas parece que o jornal se refere, de forma implícita, a um político chamado Pedro que se livrou de perder o mandato.

Seguindo este raciocínio, essa era a informação mais importante da matéria – entretanto, segundo o jornalismo tradicional, as informações mais importantes devem ser colocadas primeiro, e o político em questão aparece apenas no meio da matéria, e como dito antes, no meio de um monte de fatos banais: mais uma artimanha do jornal para que a censura não percebesse a informação principal. O jornal *ainda* não estava sob censura prévia (afinal, era apenas a primeira edição), mas cuidado nunca era demais...

Aquela edição do Pasquim também tinha um jogo sobre a paquera. Segundo o jornal, se aquele jogo fosse bem jogado, acabaria num grande caso de amor. Mal jogado, acabaria em casamento – no começo deste capítulo, mencionei “críticas sociais” como uma diretriz do jornal.

Nas casas correspondentes aos homens, havia frases como: “Ela sorriu, você foi, não era com você”; “Você conta uma piada, ri muito, e ela já conhecia”; “Você quer dar uma de intelectual e cita J. G. de Araújo Jorge”. Nas das mulheres: “Você chega e abaixa a alça do maiô”; “Um bichinho morde a perna dele e você oferece lugar na sua esteira”; “Você chega na barra, come dez camarões, duas dúzias de ostras, gasta todo o dinheiro dele e quer voltar logo pra casa”.

Uma das bandeiras do Pasquim era a independência. Ou seja, ser um jornal que não tinha interesses ligados a um grupo, organização, empresa, partido político etc. Em outras palavras, independente.

Na página 9 da primeira edição, há um texto de Millôr. O título: “Independência, é? Vocês me matam de rir”. Segundo ele, se o Pasquim fosse independente, não duraria três meses. Se durasse, não seria independente – Millôr se saiu um belo de um ombudsman...

O Pasquim foi bem além de três meses... agora, quanto a ser independente... é verdade que o jornal não tinha nenhuma organização, ou algo do tipo, por trás dele, mas contava com alguns poucos anúncios, e eu não lembro de ter lido uma matéria do Pasquim criticando algum anunciante...

Ainda sobre o texto da página 9, “Em maio de 1964 (data perigosa)...” – naquela época, saíam os primeiros números da revista “Pif-Paf”, criada por Millôr. Desagradou o chefe de Polícia e teve curta duração. E vale lembrar: maio de 1964, um mês depois do golpe que derrubou o presidente João Goulart.

Outra frase do texto: “Nós, os humoristas, temos bastante importância pra ser presos e nenhuma pra ser soltos” – até hoje os humoristas sofrem pressão da polícia: em junho de 2010, Danilo Gentili, do CQC, foi agredido por policiais enquanto fazia uma matéria para o quadro “Proteste Já”.

Lembram das “cutucadas de leve” mencionadas no começo deste capítulo? Eis uma delas (está na página seguinte, ficou grande para botar aqui):



Pasquim nº 1, 26/06/1969, pág. 10

“Tudo na vida tem seu preço; o nosso é NCr\$ 0,50”. Esta foi a frase de capa da edição 7 do jornal, que entrevistou o pintor Di Cavalcanti. Segundo ele, “*Se o Rio de Janeiro fosse uma cidade rica e bem administrada, se não estivesse cheio de provincianos sem nenhum conceito de civilização e sem gosto algum, seria uma estação balneária formidável. Mas em Copacabana hoje, moram famílias em apartamentos mínimos e sem conforto, e os sujeitos têm um automóvel e desfilam na maior angústia sem um tostão*” – lembrando que, naquela época, o Rio passava a imagem de uma cidade bela, feliz, só festas, mulheres bonitas... Aliás, muitos estrangeiros e pessoas aqui do Brasil mesmo continuam achando que o Rio é apenas isso... Se o Rio é ou não é a “cidade maravilhosa”, isso fica para os cariocas discutirem... Entretanto, uma coisa não se pode negar: aquela cidade tem (e sempre teve, assim como muitas outras no Brasil) um lado que não merece o rótulo de “maravilhosa”.

Outro tema da entrevista foi a cidade de São Paulo e a Bienal de lá.

Tarso – Você está falando muito sobre o Rio. O que você acha de São Paulo?

DI – É a pior do mundo. Quando Faulkner esteve aqui, encantado por estar no Brasil, chegou no hotel de pileque. No outro dia de manhã, abriu a janela, olhou São Paulo e disse “em Chicago eu não fico. Tem todas as características da chatice completa, é a cidade mais caipira do mundo. Uma vez, um amigo meu, paulista, riquíssimo, me convidou para almoçar no Hotel Rita e quando eu cheguei ele estava me esperando na porta do hotel. Vejam que coisa mais jeca, mais caipira. Outra cidade muito chata é Belo Horizonte, muito esnobe e ainda da época da crônica mundana. São Paulo é anterior.

Jaguar – Já que se está falando sobre São Paulo, diga alguma coisa sobre a Bienal.

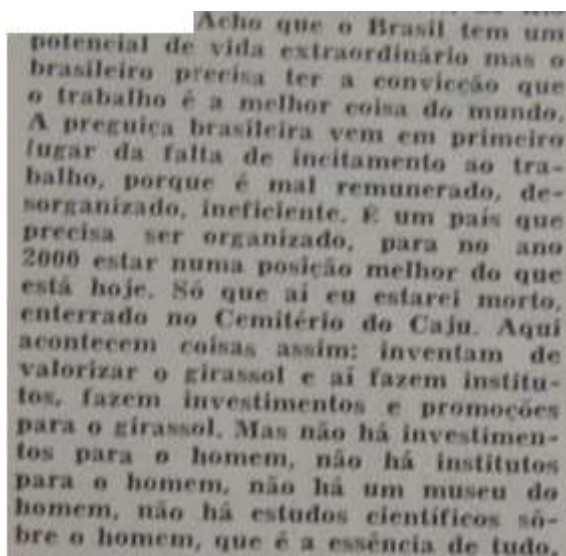
DI – Eu sempre fui mais ou menos contra o espírito da Bienal, que tem sido uma cópia da Bienal de Veneza e dirigida pelos marchands de tableaux e apresentando os quadros que eles querem. Tanto que a Bienal tem uma porção de prêmios e a gente esquece todos. Eu tirei e me esqueço sempre. Os outros tiraram fabricando quadros para serem

aceitos na Bienal, como o Dacosta por exemplo, e outros que em cada Bienal mudavam de estilo para fazer o estilo da Bienal.

Ainda sobre o assunto Bienal: *“Os 21 representantes da delegação norte-americana se recusaram a participar da Bienal, alegando que havia censura à criação artística, impedindo o livre trabalho deles. O que você acha disso?”*. Esta pergunta do jornal com certeza teria sido vetada se já houvesse naquela época um censor dentro da Redação. Ou talvez não (como já foi dito antes, os censores do Pasquim não tinham a inteligência como virtude).

O entrevistado também disse que a Bienal era feita por gente que não entendia nada de arte e usou a palavra “martírio” para descrever a telenovela. Hoje, ainda existem pessoas com essas opiniões.

Talvez eu já tenha dito isso antes, mas não custa nada repetir: o Pasquim era tudo, menos imparcial. E aproveitava a convergência de opiniões para tornar mais forte o próprio ponto de vista. Em outras palavras, se alguém falasse algo que o jornal achasse agradável, esse “algo” seria convenientemente colocado no jornal. Por exemplo, esta fala de Cavalcanti (como o nome dele não é dito há algum tempo, talvez seja necessário lembrar: é o entrevistado mencionado no parágrafo anterior):



Acho que o Brasil tem um potencial de vida extraordinário mas o brasileiro precisa ter a convicção que o trabalho é a melhor coisa do mundo. A preguiça brasileira vem em primeiro lugar da falta de incitamento ao trabalho, porque é mal remunerado, desorganizado, ineficiente. É um país que precisa ser organizado, para no ano 2000 estar numa posição melhor do que está hoje. Só que aí eu estarei morto, enterrado no Cemitério do Caju. Aqui acontecem coisas assim: inventam de valorizar o girassol e aí fazem institutos, fazem investimentos e promoções para o girassol. Mas não há investimentos para o homem, não há institutos para o homem, não há um museu do homem, não há estudos científicos sobre o homem, que é a essência de tudo.

Pasquim nº 7, ago/1969, pág. 3

Obs.: a legenda está desse jeito porque a capa da edição informa apenas mês e ano, não o dia da publicação.

Já que ele falou pensando no futuro, comecei a pensar nas semelhanças daquela época com a atual. Cavalcanti afirma: *“É um país que precisa ser organizado”*. Pois é, ele não está. O pior de tudo: esta entrevista é de 1969 e estamos em 2010.

Ainda segundo o entrevistado, o trabalho é mal remunerado, desorganizado, ineficiente. Gozado, lembrei de “funcionalismo público” quando li isso...

Quanto ao exemplo do girassol, Cavalcanti provavelmente se referia às prioridades. De tanto valorizar o ouro, a borracha, e agora o pré-sal... as pessoas foram esquecidas. Isso pode soar meio piegas, mas vou falar assim mesmo: as verdadeiras riquezas de um país são as pessoas, não os bens materiais.

Acaba de me ocorrer uma coisa... O pensamento em voga é: a maioria dos que estão no poder é corrupta. Entretanto, os que estão no poder foram colocados por nós. se eles são assim, o povo que os elegeu não é muito melhor... Cada um tem o governo que merece – aliás, um dos professores da minha banca disse num e-mail: *“Pois é, a meu ver, o povo não pode ser culpado pelos desvios dos políticos. O povo vota acreditando nos compromissos feitos pelos candidatos. Você acha que os brasileiros merecem Paulo Maluf? Ou José Sarney? Nós devemos, a meu ver, cobrar os políticos, não os eleitores, especialmente no Brasil, em que grande parte do eleitorado é muito ingênuo politicamente”*.

Acho que devemos cobrar ambos, eleitores e políticos – ainda assim, a responsabilidade maior continua sendo dos eleitores. No meu estado de origem, o deputado federal mais votado nas últimas eleições era alguém que admitiu não saber o que faz um deputado. Voto de protesto? Era a intenção. Entretanto, uma vez eleito, o palhaço levou com ele três ou quatro candidatos, que teriam se envolvido num certo esquema de pagamentos mensais a pessoas do poder Legislativo...

O Brasil é um país democrático? Bem, se apertar botões numa máquina a cada dois anos for considerado democracia... pois esta é a única participação do povo nas decisões do país. E isso nem é culpa dos figurões do poder.

Se for pensar bem, o regime brasileiro é bem melhor do que muitos por aí. No entanto, ainda é muita pretensão usar a palavra “democracia”.

Mudando completamente de assunto: a página 4 da edição 7 do jornal, Ziraldo apresenta as “TRÊS FABULAS MUITO MODERNAS”. Uma delas chamou bastante a minha atenção:

Os homens andavam todos apavorados, a maioria sem calça, outros com as calças em tiras, rasgadas ou mordidas. A notícia já se espalhara por toda a cidade: estava à solta a moça tarada por calça de nycron, calça de nycron, calça de nycron!... As pobres calças já não sabiam como se defender de sua fúria. Ela se atirava às pernas duplas de nycron, cheia de ânsia incontida, os lábios inferiores pendentes e úmidos, o olhar brilhante, as mãos crispadas segurando, segurando, segurando o vinco permanente com sofreguidão. Mas a vida é assim, vária e surpreendente. Márcia, a moça tarada, apesar de sua furiosa paixão, conseguiu sensibilizar um par de calças de nycron e com ele se casou de véu e grinalda. Mas – surpreendente vida nossa – Márcia teve uma grande decepção: a calça de nycron, apesar do vinco permanente, sozinha, não ficava em pé. Isto não impediu contudo que sua vida matrimonial seguisse como muitas outras por aí. Tanto assim que a Maternidade Santa Lúcia – um assalto em cada parto – anunciou que ela teve trigêmeos: uma cueca e duas ceroulas muito bonitinhas. A história teria terminado em repiende se não tivesse acontecido aquilo. Justo o assassinato de Márcia, pelo marido ciumento, por justa causa. As ceroulinhas eram de tergal.

Num primeiro momento, achei que Ziraldo se referiu implicitamente a um assassinato real, a fábula era apenas uma maneira de falar disfarçadamente. Se houve um assassinato real, o leitor provavelmente saberia através dos grandes jornais. Então, quando lesse a fábula no Pasquim, saberia exatamente a que o jornal estava se referindo. Não é impossível, mas pensando bem, Ziraldo provavelmente não se referiu a uma situação pontual, e sim, ao cotidiano. Não deve ter saído nos grandes jornais, havia muitas Márcias naquela época, assim como hoje...

Observação: não escrevi a palavra “repiende” errado, ela aparece exatamente assim no jornal.

20 de julho de 1969: homem na lua. Segundo alguns, um grande salto para a humanidade, segundo outros, uma grande farsa (minha avó, por exemplo, não acredita nisso). Página 5, ainda na edição 7, assunto da crônica escrita por Paulo Francis. No texto, ele critica o então presidente Nixon pela exaltação da chegada do Homem à Lua, pois, os astronautas sabiam muito bem para onde iam, e os grandes navegadores, não. Francis também afirma que Nixon se ocupava em manter as crianças sexualmente deseducadas (possível paralelo com a realidade brasileira da época? – ou talvez até com a atual, pois muitos bebês nascem graças à falta de informação).

Outros trechos da crônica:

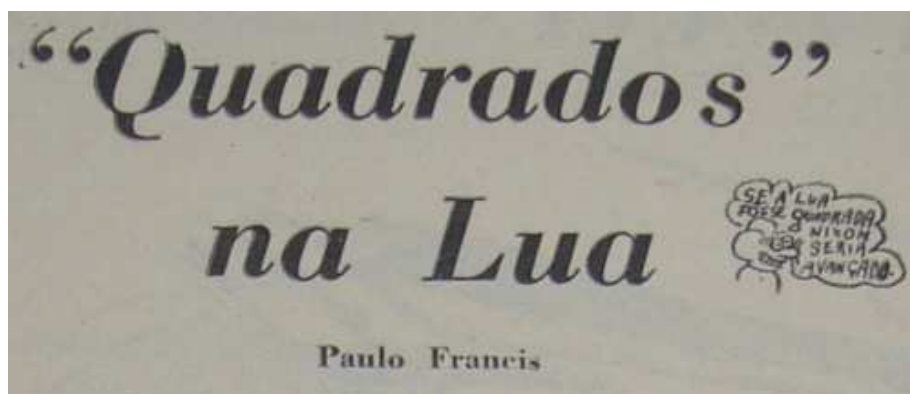
“Na lua, só faltava mesmo alguém pisar, pois os técnicos americanos conheciam o terreno bem melhor que os guetos negros...””.

“Já os navegadores antigos usaram barcos piores e menores que os da linha Rio-Niterói (exclamação)””.

“O projeto da Apollo 11 é, felizmente, pacífico, (...) mas seus executores o adaptariam a fins bélicos à menor solicitação dos canais competentes””.

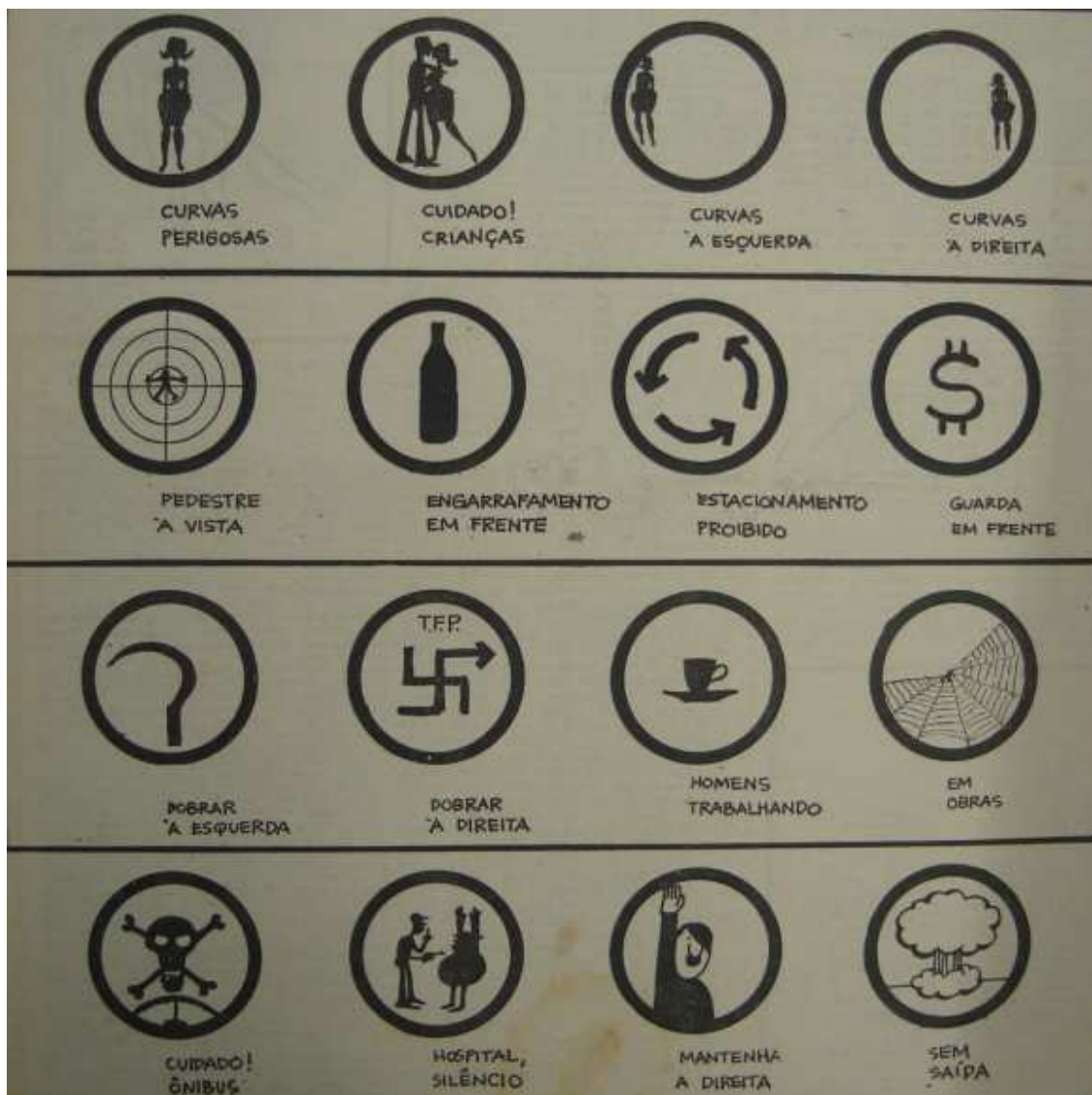
O “Homem na Lua” foi assunto de outras edições do Pasquim, no mesmo tom dos trechos acima. Aliás, é importante dizer: trechos como aqueles eram colocados em pontos estratégicos do texto, no meio de informações não tão importantes, para não chamarem tanto a atenção. Tudo para evitar um olhar especial da censura. Em outras palavras, já ouviram falar da pirâmide invertida, do lide? Informações mais importantes colocadas primeiro? Pois é, o Pasquim evitava essa forma de escrever, justamente para driblar a censura. Mouzar Benedito já havia comentado isso quando eu o entrevistei, e a análise que fiz das edições do Pasquim só fez confirmar as palavras dele.

Já devia ter falado nele antes, mas falo agora. O jornal tinha um símbolo: o rato Sig, desenhado por Jaguar. Sim, o nome veio do psicanalista Sigmund Freud. Naquela época, esta anedota era muito popular: “Se Deus criou o sexo, Freud criou a sacanagem. A analogia do rato com o psicanalista seria porque Sig era um neurótico, e atormentado pelas paixões por (desculpe a aliteração) belas mulheres da época. Volta e meia, Sig bancava o comentarista:



Pasquim nº 7, ago/1969, pág. 5

Sig também apareceu na página seguinte, comentando a página de Claudius para novos sinais de trânsito.



Pasquim nº 7, ago/1969, pág. 7

Já estava esquecendo, Sig disse: “Publicamos preocupados as sugestões do Claudius: o Diretor de Trânsito é capaz de aceitá-las”.

Acima dos “novos sinais de trânsito” havia um texto. Claudius reclamava: “*Nós, que somos cariocas de 450 anos, só vimos até hoje uma mudança de estrutura realmente radical: o biquíni*”. O biquíni continua mudando...

Ainda na mesma edição: texto de Tarso de Castro que eu não vou ter paciência de colocar aqui, nem vocês de ler... então, vou colocar as partes mais interessantes:

“...mas infelizmente estamos ainda na base de subdesenvolvimento (perdão Dr. Roberto, eu quero dizer, em vias de desenvolvimento)” – se não me engano, este Roberto era Roberto Costa de Abreu Sodré, o então governador de São Paulo.

“...tem gente que começa em São Paulo e assim mesmo chega a governador de São Paulo” – Sodré foi advogado e empresário e esta é a segunda alfinetada da edição 7 contra os paulistanos (a primeira foi dada por Di Cavalcanti).

“...Conselho de Cinema do ‘Jornal do Brasil’, onde se concentram algumas das burrices mais bem pagas do Brasil...” – esqueci de falar, o Pasquim era um fervoroso crítico da grande mídia.

“Quer dizer: basta o cara pensar que logo é classificado de rato, como aconteceu com um certo locutor de televisão” – alguns parágrafos depois: “Cada **Globo** tem o rato que merece”.

Mesma edição, outro assunto: pílula anticoncepcional, humor e seriedade.



Pasquim n° 7, ago/1969, pág. 8

Obs.: só para lembrar, as legendas das últimas figuras estão assim porque a edição não informa o dia da publicação, apenas mês e ano.

O Pasquim não era imparcial MESMO!!! E também tocaram no assunto exílio: “1969 – De Gilberto Gil e Caetano Veloso, Brasil, que foi se embora, por razões que a razão não desconhece...”. Não por acaso colocaram aquela música, cujo final é: Alô Rio de Janeiro, aquele abraço / Todo povo brasileiro, aquele abraço.

Quem me lê talvez me veja como um apaixonado pelo jornal. Admito, sou mesmo. É preciso coragem para ter uma opinião e expor, sem se importar com as críticas. Não digo que é o tipo ideal de jornalismo, eu apoio sem restrições todos aqueles que tentam relatar o fato com a maior imparcialidade possível, assim como apoio quem assume um posicionamento **abertamente**. O que eu não suporto é pessoas que se dizem jornalistas tentando induzir alguém a pensar como elas, se fingindo de imparciais. O Pasquim era imparcial e nunca escondeu.

Lendo tudo isso, é muito tentador olhar apenas para a parte romântica. No entanto, já toquei de leve na parte não tão romântica da história do jornal e vou falar dela com mais detalhes no final deste capítulo.

O Pasquim tinha a seção Cartas. Os leitores mandavam críticas, sugestões etc, e o jornal respondia de forma humorada. Um exemplo é a carta de Ana Maria Galvão

Flores: “Pedindo licença ao ilustre representante da classe ratul Sigmund Freud, gostaria de acrescentar à sua frase ‘o chato do semanário é ter que sair toda a semana’, que o chato d’O PASQUIM é só sair uma vez por semana”. O jornal respondeu que Sig, com princípio de esgotamento, não concordava com uma só palavra do que você diz, mas defenderia até a morte o seu direito de dizê-lo.

Sem saber (ou sabendo, e esperando que alguém fizesse a ligação), o Pasquim mostrou que a razão da democracia não poder ser usada para acabar com a democracia é preservar o direito de discordar. Através de mudanças nas leis, muitos governos mundo afora tem se perpetuado no poder, mantendo a aparência democrática. Um país que conhecemos muito bem pode estar indo pelo mesmo caminho.

A edição 13 do Pasquim trouxe um texto sobre José Mauro de Vasconcellos, o autor do livro “Meu pé de Laranja Lima”. O comentário não chega a ser ofensivo, embora seja desagradável para Vasconcellos, e pior ainda para outros: “*José Mauro de Vasconcellos é uma espécie de secos & molhados da literatura – mas, afinal, o que importa? O homem vende o seu peixe honestamente, sem prometer nada, exceto uma prosa redonda e bem-comportada por garotinhas do subúrbio, entre uma & outra lição de acordeão. Vai-se ver direitinho e não será tão ruim como se pensa – ou, pelo menos, não pode ser pior que o peixe oferecido pelos chamados literatos sérios, empertigados do alto de seus colarinhos e, não raro, recheados de uma erudição erodida pelo tempo – peixe que, de resto, ninguém quer comprar – sim, Tarso aproveitou para insultar a Academia Brasileira de Letras e os intelectuais das universidades. E não parou aí: “...o autor do Pé de Laranja-Lima é reconhecidamente um Best-seller, o que deve constituir um insulto à mentalidade acadêmica, acostumada com as migalhas das citações em colunas literárias que ninguém lê...”* – nem a grande mídia escapou...

Tarso também afirma que se Vasconcellos tivesse nascido no tempo de José de Alencar, seria deglutido em pílulas pelo ginásianos e citado pelos (como sempre) atrasados professores de português.

Continuando: “*As obras descaradamente comerciais como as de JMV são até sadias, no que têm de desmoralizadoras dessa coisa absolutamente out of key with its time, que é a chamada literatura, quando se pretende fazê-la a sério em nossos dias. O Cinema novo precisa descobri-lo (como vem fazendo, tardiamente, com Machado de Assis, Mário de Andrade e Carlos Drummond) e filmar-lhe a obra completa, conservando toda a sua possível cafonice tropipaulista...*” – de novo insultando São Paulo? Isso já é perseguição.

Há pouco, disse que nem a grande mídia escapou das críticas do Pasquim. Aliás, críticas contra a mídia tradicional eram um tema recorrente na publicação. De acordo com o livro “Jornalistas e Revolucionários”, de Bernardo Kucinsky, a grande mídia não via o Pasquim com bons olhos. O Pasquim teria sido bem recebido pelos meios tradicionais no início, mas depois, passou a ser hostilizado – a repercussão do Pasquim teria dado ao jornal força para disputar anunciantes com os grandes veículos de imprensa. Ou seja, o Pasquim teria dois motivos para criticar a grande mídia: por ela omitir os crimes da ditadura e para rebater as provocações dela. Um exemplo disso é a frase de capa daquela edição (só para lembrar, estou falando da edição 13): “*Um jornal válido, lúcido e autêntico – argh – que se insere no contexto*”. Essa história de “inserido no contexto também aparece na edição 27 do jornal, numa tirinha: “*É a nova onda, bicho. Inserido no contexto já encheu. O quente é conceituando o tempo todo, isto é, raciocinando em bloco*”.

Voltando à edição 13: um poema, no mínimo, curioso.

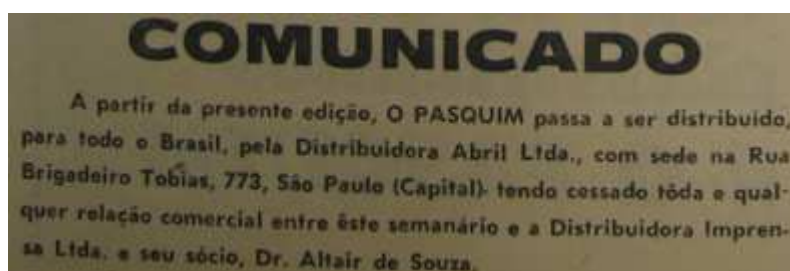


Pasquim nº 13, 18/09/1969, pág. 7

Parem um pouco o livro e pense no significado do poema, é melhor os leitores formarem a própria opinião antes de lerem a minha.

O pedido foi feito porque eu posso estar vendo coisas onde não há. Pode ser apenas um poema, ou uma referência implícita a uma confusão numa gafeira seguida pela entrada da polícia. Só estou especulando.

Saindo do plano da análise e indo para a história do jornal: naquele documentário da TV Câmara (O Pasquim – a subversão do Humor), um dos colaboradores afirma que a publicação tinha sido feita para Ipanema, mas naquela época, Ipanema era o Olimpo, pautava todo o Brasil. E por falar em todo o Brasil:



Pasquim nº 27, 25/12/1969, pág. 29

O comunicado tem um quê de revolta, não? E nem poderia ser diferente... Segundo Kucinski, a edição 26 do jornal trouxe uma entrevista com Juca Chaves ironizando Adolpho Bloch, proprietário da revista Manchete. Bloch teria pressionado seu distribuidor (que por sinal, era o mesmo do Pasquim) e com isso, o jornal teria sido desalojado e a distribuição suspensa. Tudo isso em menos de uma semana.

Voltando ao documentário: o Pasquim tinha um “idioma próprio”, apenas o Rio de Janeiro entendia. Os outros estados passaram a exigir uma “tradução” do jornal”. Segundo um dos antigos colaboradores, o grande obstáculo para o jornal era o estado de São Paulo. Quando os paulistas passaram a falar “pasquinês”, a publicação deslanchou nacionalmente.

Em janeiro de 70 começou a censura. Então, vieram as artimanhas com os censores (mencionadas no capítulo II) e os truques na hora de escrever – como colocar os fatos mais importantes em posições que não chamassem a atenção. Esse jeito de se fazer jornalismo prova aquele velho ditado: “A necessidade é a mãe da invenção”.

Por volta de março do mesmo ano, o Pasquim alcançou a marca de 225 mil exemplares – no documentário, alguns falam que o ápice foi 250 mil, o que teria superado a tiragem dos grandes jornais.

Se o ápice foi 250 mil, o número de leitores pode ter sido maior. Mouzar Benedito (falei sobre ele no prólogo, foi um colaborador do Pasquim), quando foi entrevistado por mim, disse que quem comprava o Pasquim repassava aos amigos, ou seja, cada exemplar vendido era lido por mais ou menos cinco pessoas. Seguindo este raciocínio, 250 mil vezes 5: 1,125 milhões de leitores. Quem trabalhava no jornal (o primeiro escalão pelo menos) poderia ter ficado rico, ou pelo menos, juntado uma soma de dinheiro considerável. Entretanto, há uma grande diferença entre ter potencial para conseguir algo e conseguir algo de fato.

CAPÍTULO IV – NÃO ERA UM MAR DE ROSAS

Uma frase para definir quem trabalhava no Pasquim: como administradores, ótimos jornalistas. Certo, nem todo mundo no Pasquim era jornalista, é só para simplificar. Talvez, “Como administradores, ótimos pasquinianos” seria melhor, mas vocês entenderam a idéia.

No segundo capítulo, eu me servi da obra de Kucinski – “Jornalistas e Revolucionários”, e vou fazer isso novamente neste aqui. Aliás, acabou de me ocorrer um ditado: “Roubar idéias de um autor, é plágio; Roubar de vários, é pesquisa” – para ninguém dizer que estou plagiando, já aviso que a frase NÃO é minha. Até diria o nome de quem criou, se eu soubesse. E não vou plagiar Kucinski, citei o nome do autor.

De acordo com ele, o Pasquim teve duas épocas de grandes ganhos financeiros. Portanto, duas oportunidades para se transformar num dos grandes grupos editoriais brasileiros: nos 18 primeiros meses (ou seja, em 1969 e 1970), e em 1976, quando os livros da Editora Codecri (nova razão social do Pasquim) ficaram entre os mais vendidos. Não tenho certeza, mas acho que entre estes livros estavam alguns volumes das “Anedotas do Pasquim” – basicamente, compilação de piadas das quais os adultos riem e fazem de tudo para as crianças não lerem. E justamente por isso, elas lêem escondidas.

Talvez alguns pais sejam menos encanados. Os meus nunca me impediram de ler piadas maliciosas, ou politicamente incorretas quando eu era criança. Em relação a isso, eles sempre foram de boa, sossegados. Ou eu que fui discreto.

Na verdade, até poderia contar umas piadas das Anedotas; assim, aumentaria o tamanho do meu livro e ele pareceria melhor do que realmente é. Opa, acho que acabei de fazer isso, a retirada deste parágrafo não afetaria de maneira alguma a mensagem do livro.

Voltando ao Pasquim: ele teve duas oportunidades de ser transformado num grande grupo editorial, e ambas foram desperdiçadas. Segundo o livro, Ziraldo teria dito que o lucro do jornal foi de 700 mil cruzeiros no primeiro ano, e mesmo assim, estava sem dinheiro. O contador José Grossi tinha um talão de 50 cheques assinados pelo Jaguar e pelo Tarso. Grossi tinha um Alfa-Romeo de 50 mil dólares.

O livro também cita as palavras de Nelma Quadros (foi secretária do jornal). Segundo ela, Jaguar e Tarso gastavam muito: cartão de crédito do Diners, restaurante, bebida, uísque sempre do melhor.

Outra declaração foi a de Jaguar: “Quem dirigia o jornal, no começo, era o Sérgio Cabral e o Tarso. Sérgio Cabral deixava os talões assinados e o Tarso gastava tudo. Suítes em hotéis, carro Puma. Eu me divertia a meu modo, passava cinco dias da semana no Arraial do Cabo”.

As palavras de Millôr não deixaram de aparecer na obra: “Tarso de Castro havia se apoderado do controle e gastava no que queria, aproveitava-se da desorganização.

Como já dito antes, o Pasquim não se via como empresa, mas sim, uma patota. Uma prova disso foi outro comentário de Jaguar no livro de Kucinski, sobre a oportunidade de comprar um parque gráfico a preço de ocasião, a gráfica Feitler: “Era uma gráfica em funcionamento e as condições eram vantajosas, mas Millôr não se interessou, Ziraldo não se interessou, todos tinham a sua carreira, tinham as suas colinas, a perspectiva empresarial não os atraía, começaram a imaginar o trabalho que ia dar...”.

Fizeram uma má escolha? Acho que não, o Pasquim vivia criticando a Imprensa Tradicional por ela fazer mea culpa com o governo militar, as multinacionais e os patrocinadores. Se o Pasquim virasse uma empresa, provavelmente cairia nos mesmos

defeitos que condenava nos grandes jornais. Mas gastar rios de dinheiro e deixar tudo na mão dos contadores não foi a melhor idéia. Mal administrado daquele jeito, quebrar era questão de tempo. O empresário Fernando Gasparian estava interessado em ajudar o jornal e, segundo Kucinski, deu um diagnóstico preocupante: “Peguei O PASQUIM e estava muito mal, com uma dívida muito grande... o jornal tava quebrado, o pessoal roubava o jornal, o jornal dava lucro mas o pessoal, intelectual... deixava na mão do contador que via aquele dinheiro todo e usava, deixava o jornal mal... tinha gente que assinava papel em branco, pensando que era autógrafo e era promissória...”.

No final do capítulo dois, foram mencionadas bomba e prisão de dois meses. A bomba, colocada no quintal da sede do Pasquim, não chegou a explodir. Segundo Kucinski (olha ele de novo) os jornalistas acharam que ela foi obra dos grupos ligados a Tradição Família e Propriedade (TFP), revoltados com uma entrevista publicada no jornal. Pelo nome do grupo, já dá para notar, eram bem conservadores. E a entrevistada, a atriz Leila Diniz, não tinha nada de conservador (veja no próximo capítulo).

No mesmo ano (70), Claudius e Tarso de Castro brigaram. E as desavenças não acabam aí.

Mais uma de “Jornalistas e Revolucionários”: Millôr teria ficado escandalizado por causa do esbanjamento de dinheiro do Pasquim e a pressão dele obriga Tarso a aceitar uma redistribuição de cotas. Mas em troca, Tarso quer colocar a esposa, Bárbara Oppenheimer, na presidência. Millôr se reuniu com os outros humoristas (sem Tarso) e decidiram aceitar a proposta de Tarso, para depois depor a mulher dele em assembléia. Resumindo, em pleno sucesso editorial, o clima do Pasquim era de conspiração e lutas internas. Bárbara só não foi deposta porque em 1º de novembro de 1970 policiais invadem a redação do Pasquim durante o fechamento da edição. Todos os presentes foram detidos, menos Tarso de Castro, que fugiu pelo muro dos fundos e ficou numa casa ao lado, um escritório, de onde continuou dirigindo o jornal clandestinamente.

Os policiais não pertenciam à polícia política, mas a um comando especial do exército para o combate à luta armada – olha o medo provocado pelo Pasquim... Este foi, no Brasil, o primeiro processo coletivo contra humoristas. Nove redatores e administradores do jornal ficaram dois meses presos na Vila Militar. Tentaram prender a Leila Diniz também, achavam que a entrevista concedida por ela queria destruir a família. Mais ridículo, só o fato de os militares acharem que o Pasquim recebia dinheiro de Cuba.

O Pasquim não terminou por causa das prisões, mas muitos quiseram abandonar o Brasil, as tiragens caíram vertiginosamente (as melhores charges e matérias foram censuradas) e muitos jornalheiros passaram a ficar com medo de vender o jornal. Após a prisão, a tiragem era de 60 mil exemplares e a publicidade havia caído a zero, segundo Kucinski.

Após a prisão, a censura prévia foi reforçada. O material precisava ser mandado para Brasília – o que aumentava muito o poder de ação dos militares. O número de páginas censuradas – ouvi dizer que para uma edição normal, o Pasquim precisava de três vezes mais páginas por causa dos cortes; a espera para a polícia mandar de volta o material; a pressão contra os donos de bancas e contra os anunciantes (não queriam mais vender o Pasquim ou anunciar nele, pois temiam represálias dos militares e dos grupos direitistas), tudo contribuiu para a queda a 60 mil exemplares.

O Pasquim se despediu da primeira fase em grande estilo. Durante a prisão de dois meses, segundo Kucinski e segundo relatos dos colaboradores no documentário “Pasquim – A subversão do humor”, o jornal se tornou o foco de resistência da sociedade no natal de 1970. Segundo Kucinski, as edições continuaram saindo,

produzidas por Martha Alencar, Millôr Fernandes, Henfil e Miguel Paiva e por pessoas que não eram e nunca tinham sido da redação.

Como o Pasquim não podia mencionar a prisão, a capa de uma edição dizia que A Redação tinha sido vítima de uma gripe. As demais foram escritas no estilo de cada um que tinha sido preso.

Em março de 1975, a censura prévia foi retirada do jornal. Entretanto sem censura não queria dizer com liberdade. A censura poderia voltar a qualquer momento, sempre deixando os jornais na dúvida se aquilo que escreviam sofreria censura. E sem a censura prévia, o “inimigo” do Pasquim ficava menos nítido. Quando a censura prévia foi retirada do Pasquim, Jaguar – segundo o documentário – se perguntou como o jornal seria feito dali por diante.

Segundo Kucinski, o fim da censura prévia encerrava a fase do jornal de resistência.

CAPÍTULO V – PASQUIM ENTREVISTA LEILA DINIZ

Antes de falar da segunda fase do Pasquim, vou falar de uma das entrevistas mais marcantes: a com Leila Diniz.

Por mim, colocaria a entrevista na íntegra. Infelizmente, um resumo se faz necessário, então vou colocar os trechos mais interessantes. Alguns podem até não ver nada de mais nas palavras dela, mas vale lembrar, a entrevista é de 1970. E mesmo hoje, podem achar que ela era saidinha demais...

Atriz, participou de filmes, novelas e peças teatrais. Depois de pesquisar sobre ela, a frase que a melhor define é “Alguém que quebrou tabus”.

Lélia Diniz, de acordo com o Pasquim: *“Leila Diniz é chapinha d’O PASQUIM e sua entrevista é mais do que na base do muito à vontade. Durante duas horas ela bebeu e conversou com a equipe de entrevistadores numa linguagem livre e, portanto, saudável. Seu depoimento é de uma moça de 24 anos que sabe o que quer e que conquistou a independência na hora em que decidiu fazer isto. Leila é a imagem da alegria e da liberdade, coisa que só é possível quando o falso moralismo é posto de lado”*.

JAGUAR. Quantos casos você já teve, depois da separação?

LEILA. Casos mil; casadinha nenhuma. Na minha caminha, dorme algumas noites, mais nada. Nada de estabilidade.

Comentário pessoal: mesmo hoje, é difícil encontrar uma mulher que tenha essa postura e a assuma tão abertamente – vocês podem ter visto ou ouvido, eu, nunca. Mas não chega a ser hipocrisia... A sociedade é que continua machista: homem que sai com muitas é o pegador, o conquistador irresistível. Mulher que sai com muitos... bem, não preciso dizer como ela é designada...

TARSO. Você já foi, com “Todas as Mulheres...”, a atriz mais popular do cinema. E talvez ainda seja, hoje. Num país civilizado, você seria muito bem paga. E aqui. Você vive bem hoje?

LEILA. Realmente, aqui é fogo. A gente está num país tropical, azar o nosso. Esse negócio de atriz fazer sucesso não adianta. Eu sou muito (*). Eu não sei pedir, não sei ganhar dinheiro. Não nasci pra isso. Tem gente que nasce e sabe. Não sei fazer um contrato. Por exemplo: eu agora queria vir pro Rio. Nem sei quanto vou ganhar. O cara vai vir me oferecer menos que eu ganhava em São Paulo? (*): não sou bem paga, muito por minha culpa. Claro, é culpa da estrutura, etc. Mas minha também. Ioná, Regina Duarte, etc, ganham dinheiro. Eu não.

Um gesto vale mais que mil palavras. E um asterisco vale mais que mil palavrões. Certo, mais que “palavras politicamente incorretas”. Essa veio do mesmo lugar que chama favela de “comunidade” e “afro-descendentes” os negros.

Voltando aos asteriscos: eles diziam muito mais do que qualquer palavrão. Por motivos óbvios, o jornal não poderia colocar a palavra exata. Em seu lugar aparece o asterisco, criando um efeito muito mais representativo e impactante. Quase sempre a mensagem fica mais forte quando o leitor precisa completar. Aliás, nosso país é civilizado? Não é ironia, nem pergunta retórica, quero mesmo saber.

TARSO. A televisão não paga em dia, não é?

LEILA. Antigamente, pagavam sempre. De uns três meses pra cá, eu ando muito (*) porque a Excelsior se (*) e eu junto. Nós fizemos mil reuniões em sindicatos, íamos fazer uma greve e tudo. Mas desistimos porque se fizéssemos, a Televisão fecharia. Eu acho muito muito chato porque televisão era o único meio da gente ganhar dinheiro. Em cinema é difícil porque quando a gente vai fazer cinema com gente que a gente gosta, são geralmente pessoas (*), Néelson, Domingos, etc. A gente sabe que essa patota não tem dinheiro. Por que é que eu vou cobrar? Não vou, claro. Quando eu faço um filme de alguém que tenha dinheiro eu cobro mais. Televisão que era nosso único meio agora está entrando pelo cano: tem muito poucas, a Globo, talvez a Tupi e um pouco a Record. Então, está (*). Pra entrar lá, você tem de (*) pra todo mundo. Ou então você tem de ser muito inteligente de arranjar um jeito, sei lá. Você vê atores geniais trabalhando por uma (*). Mas não ganho maravilhosamente bem quanto poderia.

SÉRGIO. A que você atribui isso?

LEILA. O mercado de trabalho é muito pequeno. Se você vai na TV Globo, eles dizem isso pra você: tem vinte atores pra fazer teu papel. Se você não aceitar fazer por X (*_se) porque tem sempre um que está morrendo de fome e vai aceitar. E aí tem de falar do Brasil, não é? E daí (*), não pode, não é?

Este problema não era exclusivo de Leila, nem da época dela. Muitas pessoas agüentam humilhações no trabalho por realmente precisarem do emprego e haver um monte de gente na fila para ocupar o lugar dela. O curioso é que em alguns ramos, é justamente o contrário: vagas sobrando, mão-de-obra faltando, vagas não preenchidas porque não há o número suficientes de pessoas qualificadas.

TARSO. Quer dizer que o pessoal da televisão tem exigências não profissionais? Ficam querendo faturar as moças, é isso?

LEILA. Não está mais tanto assim, não. Já estive muito. A mim, nunca quiseram, porque eu mando logo tomar no (*). Quando eu quero eu vou com o cara. Comigo, não tem esse negócio de ninguém querer, não. Quer dizer: pra mim, não tem. Talvez tenha para as mocinhas que estão começando, eu não sei, não. Tem é muita zona em volta que não é negócio do (*), que talvez fosse até mais fácil, você chegava lá e pronto, afinal (*), não é tão ruim mesmo. O que tem é toda uma paparicação que é desagradável, entende? Você tem de jantar com fulano, conviver com sicrano, bater papo, tomar uisquinho, nhem, nhem e tal. Isso existe muito mais do que dar. Está até fora de moda esse negócio de (*).

Hoje, isso tem nome de Assédio Moral ou Assédio Sexual, dependendo da situação. A mídia noticia cada vez mais casos de pessoas que se aproveitam da hierarquia, se aproveitam do fato de ocuparem uma alta posição, para obterem “privilégios indevidos”.

TARSO. Você admite censura a uma obra de arte?

LEILA. Pô, Tarso: de jeito nenhum, Foi o que perguntei aos censores: que tipo de preparo tem uma pessoas que vai julgar e censurar uma obra de arte? Eu não teria coragem de ser censor. Se eu fosse julgar uma obra de arte, eu teria de ser uma pessoa inteligentíssima, cultíssima, muito humana e muito por dentro das coisas. Censura é ridículo, não tem sentido nenhum. Do jeito que é feita, inclusive não tem nenhuma noção de justiça, cultura, nem nada. Foi julgada e censurada uma peça de Sófocles, lá

no Teatro do Rio, não foi? É um absurdo. Procuraram até o Sófocles. Aí é fogo. Acaba com qualquer papo.

Está claro que Leila Diniz não foi escolhida por acaso. Até penso que o Pasquim deliberadamente escolhia entrevistados cujo pensamento fosse parecido com o do jornal... Só especulação, não analisei edições o suficiente para afirmar com certeza.

JAGUAR. Você acredita em amor, que um homem e uma mulher devem se amar pra ir pra cama, esse papo?

LEILA. Não. Inclusive, isso é um problema pra mim.

JAGUAR. Mas você já sentiu amor por um homem, pelo Domingos, ao menos.

LEILA. Não só pelo Domingos. O Domingo é o único conhecido e publicável. E eu espero amar ainda muitos homens na minha vida. Vou amar sempre.

JAGUAR. Mas amar e ir pra cama não é a mesma coisa,

LEILA. Não. Eu acho bacana ir pra cama. Eu gosto muito, desde que dê aquela coisa de olho e pele, que eu já falei. Agora, sobre o amor, eu não acredito nesse amor possessivo, acho chato. Você pode amar muito uma pessoa e ir para cama com outra. Isso já aconteceu comigo.

SÉRGIO. Você é contra a fidelidade?

LEILA. Não. Quando o negócio está bacana, geralmente eu sou fiel. Quando eu estou com uma pessoa, eu fico muito ocupada com ela. E eu sou muito de me ocupar. Agora, a idéia do amor é geralmente tão possessiva que me irrita muito. Detesto aquele negócio do saber hora, o que fez, etc.

JAGUAR. E você já está imunizada contra isso?

LEILA. Qual nada! Quebro a cara toda hora. Mas eu só me arrependo das coisas que eu não fiz. Das coisas que fiz, não me arrependo de nada. Só me arrependo do que deixei de fazer por preconceito, problema e neurose. Já amei gente, já correei essa gente e elas entenderam e não teve problema nenhum. Somos todos uma grande família.

Até hoje algumas pessoas ficam escandalizadas com esse jeito de ser e pensar, mas a maioria provavelmente acha normal – ou pelo menos, tolera. Mas imaginem isso em 70...

O momento histórico era propício. Pílulas anticoncepcionais, revolução sexual, Leila representava uma mudança que já estava acontecendo, mas poucos tinham coragem de admitir. Entretanto, o ano ainda era 70, apenas algumas pessoas estavam ficando liberais e pouquíssimas estavam preparadas para tolerar a mudança.

CAPÍTULO VI – COMEÇA A POLITIZAÇÃO



Pasquim nº 317, 24/07/1975, pág. 6

Abaixo, o texto da página – ampliado para poder ser lido:

Hoje sabemos que nosso Pilotador-mor era, seguramente, um brasileiro. Ele não podia ver bunda de mulher que entrava na mais agitada situação nervosa. Pegava da grossa Pilot – um símbolo? – e saía traçando todas, freneticamente.

Hoje, com o frio que tá fazendo no Brasil civilizado (na outra parte, as águas estão rolando) é bom a gente matar as saudades e rerepresentar em corpo inteiro as mulheres que nossos protetores estraçalharam no verão.

Pasquim nº 317, 24/07/1975, pág. 6

O jornal quis mostrar o que não pôde publicar por causa da censura prévia. Nesta fase, várias fotos ou textos de edições anteriores que sofreram censura foram publicadas. As figuras na página anterior foram usadas para mostrar a atuação dos censores (eles marcavam com traços o que não poderia ser publicado), e mostrar como o Pasquim estava mais ácido nas críticas, se dedicando mais à política.

Nesta nova fase, as críticas contra a sociedade e a cultura permanecem, mas em segundo plano. O jornal passa a ser mais politizado e o humor continua sendo um traço marcante.

Na página dois da edição 317 – última semana de julho de 1975 –, a seção Picles mostra as novas prioridades do jornal:

“Distensão é o que fizeram no pescoço do Tiradentes”.

“Processo de abertura na central a turma faz é no empurrão”.

“Distensão política é torcicolo de deputado”.

“EUA fazem guerra química: exportam multinacionais”.

“Poluição: o milagre brasileiro pelos ares”.

“População: habitantes de São Paulo” (Caramba, eles não gostavam MESMO dos paulistas).

“Os responsáveis pela poluição escondem-se atrás das nuvens de fumaça”.

“Do que adianta retirar a censura se os jovens não sabem ler?”.

“Universidades brasileiras: um desafio à cultura ocidental!!!”.

“Caso Moreno: o Senado puxou a descarga e o WC flutuou...”.

“Senado? Lógico que nado!”.

“O autor! O autor! O autor do autoritarismo!”.

No final da seção apareceu isto:

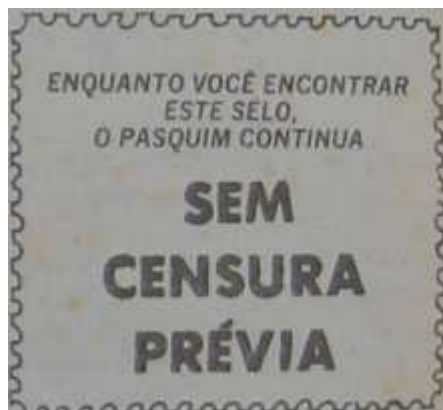


Pasquim nº 317, 24/07/1975, pág. 2

Não tenho certeza absoluta, mas tenho palpites. O Pasquim sempre chamava a atenção para países que também passavam por ditaduras, provavelmente para o leitor fazer um paralelo com a brasileira. Portugal e Espanha tiveram regimes ditatoriais que

duraram décadas. Em julho de 1975, a ditadura estava acabando na Espanha (terminaria em novembro daquele ano) e Portugal era uma democracia há apenas pouco mais de um ano – portanto, o país estava se reorganizando.

Abaixo, algo que apareceu bastante nas edições de 1975 do Pasquim:



Pasquim nº 317, 24/07/1975, pág. 2

Mas como dito antes, sem censura não queria dizer com liberdade. A censura poderia voltar a qualquer momento, sempre deixando os jornais na dúvida se aquilo que escreviam sofreria censura. E sem a censura prévia, o “inimigo” do Pasquim ficava menos nítido. Quando a censura prévia foi retirada do Pasquim, Jaguar – segundo o documentário – se perguntou como o jornal seria feito dali por diante.

Importante ressaltar: numa das edições pesquisadas para este livro, o selo não apareceu.

Uma seção do jornal – ou quase, porque não apareceu em todas as edições – era “É isso aí”, de Sérgio Augusto. Era feita, principalmente, de crítica à ditadura, e humor. Abaixo, alguns trechos:

“Aconteceu no Opinião da semana passada. Num texto sobre o problema do índio brasileiro, todas as vezes em que o presidente da Funai, general Ismarth Araújo de Oliveira, era citado, a censura prévia cortou a palavra general. Por quê, só o próprio general Ismarth mandando investigar”.

Obs.: Opinião era outro jornal da Imprensa Alternativa.

“Forçoso reconhecer: a única coisa que funciona no Brasil atualmente é o presidente Geisel. Já tombou por conta própria o Copacabana Palace, resolveu na marra um problema de racismo em Juiz de Fora e está tentando botar nos eixos a Central do Brasil. Merecia melhores assessores”.

Eu pensava que era só um filme, mas assim que li o trecho, pesquisei e descobri que “Central do Brasil” é o nome de uma estação de trem do Rio de Janeiro.

“Não vi a adaptação que a TV Globo fez do documentário sobre Idi Amim, realizado pelo luxemburguês Barbet Schroeder. O filme original já era racista na medida em que jogava o folclore de Amim em estado bruto na tela e o deixava entregue à chacota da platéia. O presidente de Uganda (não o chamo de ditador

enquanto não me derem garantias de que, se chamar outros ‘presidentes’ de ditadores, não serei enquadrado na Lei de Segurança Nacional) é, sem dúvida, um homem engraçado, e eu sou daqueles que apreciam no ser humano o senso de humor. Amim é muito, mas muito mais engraçado do que, por exemplo, o general Pinochet, Indira Gandhi, Franco Brejnev – e Gerald Ford, quando este não tenta caminhar e mascar chicletes ao mesmo tempo.

Selecionando o pitoresco de Amim, sem explicar como nem por que aquele homenzarrão de fala mansa (fala mansa, viu TV Globo?) se tornou um líder em seu país, o filme de Schroeder me pareceu, quando o vi em Paris, no mínimo irresponsável.

Amim virou saco de pancada de todas as publicações do chamado Mundo Livre. Até Adolfo Bloch – que não tolera preto nas capas de ‘Manchete e elogiou o *apartheid* na África do Sul – permitiu que na semana passada, o seu ‘Praia do Russel Match’ estampasse a figura do exótico ugandense na capa – para gozá-lo evidentemente. Não tenham dúvida: tudo não passa de uma campanha para desmoralizar as lideranças africanas através de um excepcional representante da classe. Que autoridade tem a imprensa européia (e a brasileira) para debochar de um líder africano? O que fez essa imprensa quando os colonizadores brancos andavam por onde hoje se conhece por Uganda, baixando o porrete nos crioulos e desviando as suas riquezas naturais para os refinados e insaciáveis salões da corte? Se você, meu amigo, se escandalizou com o fato de Idi Amim desfilarem em Kampala sentado num palanquim transportado por quatro ingleses, cuidado: você é um racista e não sabia.

Aos fatos: Idi Amin (quando eu pesquisei, o nome dele era com “n”, não com “m”, como estava escrito no Pasquim), foi um ditador no sentido clássico, segundo matéria da Folha de São Paulo de agosto de 2003: derrubou o presidente Milton Obote, ordenou assassinatos em massa e aprisionou os opositores. Estima-se que entre 100 mil e 300 mil ugandenses tenham sido torturados e mortos durante o regime de Amin.

O tom das críticas no trecho acima deixa clara a mudança no jornal. Elas estão bem menos sutis, não há aquele cuidado de implicitar, de disfarçar. Pela lógica, já não seria mais necessário o disfarce, uma vez que o jornal já não estava mais sob censura prévia, mas nunca é demais repetir: ela poderia voltar a qualquer momento. Ou os militares, sob qualquer pretexto, poderiam apreender o jornal caso houvesse algum conteúdo considerado subversivo. Era um golpe inteligente: ao invés de censurar diretamente, os militares apenas ameaçavam, fazendo com que os jornalistas fossem limitados por eles mesmos na hora de escrever; em outras palavras, mesmo sem querer, acabavam praticando a autocensura.

É incrível pensar o quanto o problema da autocensura inconsciente é atual. Na época da liminar que proibia os humoristas de fazerem piadas com políticos durante o horário eleitoral, e mesmo depois dela, muitos programas de humor pensavam duas vezes antes de dizer qualquer coisa. Em entrevista a um jornal (acho que era a Folha, mas não tenho certeza) um integrante do programa “Pânico na TV” disse que o advogado sempre estava ao lado na hora de elaborar os programas, mesmo depois da queda da liminar. Isso porque a atração tinha medo de fazer mais piadas com um candidato e menos com outros, e ser punida por isso.

Devo estar me repetindo, mas é quase impossível evitar. Os questionamentos do Pasquim são de uma atualidade singularmente incômoda. Erros da grande mídia, abusos policiais, políticos corruptos, sociedade hipócrita... queria ver como o Pasquim se manifestaria diante de um episódio como o Mensalão. Ou diante de um episódio como a

proposta de se criar um Conselho de Jornalismo – a notícia abaixo é do site do jornal “Folha de São Paulo”, publicada no dia 20 de outubro de 2010.

Ceará aprova criação de conselho para controlar a mídia

FILIPE MOTTA

DE SÃO PAULO

A Assembléia Legislativa do Ceará aprovou ontem (19) proposta de implementação do Conselho de Comunicação Social no Estado. Para que o órgão entre em atividade é preciso a assinatura do governador Cid Gomes (PSB) e uma nova avaliação da Casa.

O projeto segue a esteira da Conferência Nacional da Comunicação realizada em dezembro do ano passado pelo governo federal, em Brasília. Nela foi proposta a criação desses conselhos em todos os Estados.

Segundo o texto do projeto, o conselho será vinculado à Secretaria da Casa Civil do Ceará. Além de acompanhar a produção pública e estatal de comunicação, o projeto prevê o monitoramento dos demais veículos de comunicação locais e a elaboração de uma política estadual de comunicação.

Também está previsto "monitorar, receber denúncias e encaminhar parecer aos órgãos competentes sobre abusos e violações de direitos humanos nos veículos de comunicação no Estado do Ceará". O texto não explicita quais são os órgãos competentes para julgar as denúncias, nem apresenta punições aos veículos.

Se aprovado, o conselho será composto por 25 membros --sete representantes de governo, Assembléia e escolas de comunicação; oito dos proprietários dos meios de comunicação; e dez da sociedade civil, incluindo o sindicato de jornalistas e movimento estudantil. Os mandatos serão de dois anos e os membros não receberão pagamento.

O Sindicato dos Jornalistas do Ceará é favorável ao projeto, de autoria da deputada Rachel Marques (PT).

O governador foi procurado para comentar o assunto na tarde hoje, mas sua assessoria afirmou que ele estava em reunião com os secretários e não havia previsão de término.

Há projetos semelhantes em estados como Alagoas, Piauí, Bahia e São Paulo.

Analisando a notícia, vejo que houve um erro no título: o uso da palavra “controlar”.

Considero isso um erro, mas não tem nada a ver com a minha opinião sobre o Conselho. Numa notícia como esta, o jornalista deveria ter sido, teoricamente, imparcial. Aquele espaço do site não era dedicado a manifestações pessoais, ou pelo menos, o site assim o diz. A matéria em questão não estava explicitada como matéria opinativa; o uso da palavra “controlar” já mostra um ponto de vista antes mesmo de o leitor analisar, o que pode afetar o julgamento dele.

Não posso condenar o jornalista, primeiro porque imparcialidade perfeita não existe, o máximo que podemos fazer é nos aproximarmos o máximo possível dela. Primeiro, porque ninguém consegue ocultar totalmente o próprio ponto de vista (Motta pode até ter tentado e não conseguido). Segundo porque, só de selecionar o que vai ou não virar matéria, já há uma quebra da imparcialidade. Mas a seleção é necessária: nenhum jornal teria tempo ou espaço para noticiar tudo, nem os leitores tempo e ânimo para ler.

Só para constar: aquele não era o espaço mais adequado para convencer o leitor de alguma coisa, mas não é nada demais tentar convencer alguém explicitamente.

Agora, tentar induzir alguém a pensar como você é outra coisa. Se Motta quis fazer isso, reprovo a conduta dele, mas não acredito nesta possibilidade.

Resumindo, acho que a notícia sobre o Conselho deveria apenas relatar o que aconteceu, sem juízo de valor e, num espaço separado, o jornal poderia manifestar sua opinião, deixando bem claro qual espaço fala do fato em si e qual fala sobre o pensamento do jornal.

Agora, sobre o fato em si: a criação do Conselho. Não acho que a mídia deva ter liberdade absoluta – a liberdade de um acaba quando a do outro começa. Em certas ocasiões, a mídia age de maneira leviana e irresponsável. Quem não se lembra da “Escola Base”? Em março de 1994, foram publicadas reportagens sobre abusos que estariam ocorrendo naquela escola. A Imprensa fez um estardalhaço, muitos meios de comunicação já tinham dado o veredicto: culpados.

Final da história: os acusados eram inocentes, nenhum abuso havia ocorrido. Mas a escola já havia sido depredada, os donos estavam falidos e eram ameaçados de morte em telefonemas anônimos. Segundo notícia do site “Terra”, divulgada em setembro de 2005, a “Rede Globo”, os jornais “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo” e a revista “IstoÉ” foram condenados a pagar indenizações, por causa do veredicto antecipado. Recorreram, não sei como a história terminou.

Casos como o da Escola Base mostram que a Mídia precisa de um certo controle. **ENTRETANTO**...o Conselho é a melhor solução? Entre as atribuições dele estaria a de acompanhar a produção pública e estatal de comunicação, assim como monitorar, receber denúncias e encaminhar parecer aos órgãos competentes sobre abusos e violações de direitos humanos nos veículos de comunicação. Isso não abriria margens para certas arbitrariedades? Notícias desagradáveis ao governo, ou a algum grupo em particular, não poderiam ser barradas sob o pretexto de que violariam os direitos humanos, ou qualquer outro pretexto criado pelo Conselho? Mesmo sendo verdadeiras? Aliás, principalmente se forem verdadeiras?

A Imprensa é feita de homens e de mulheres como nós. Não são especiais. Por isso, erram. Mas um conselho como este do Ceará teria poderes semelhantes aos órgãos de censura no tempo da Ditadura Militar. Se houvesse certeza absoluta de que as pessoas do Conselho fossem todas competentes, bem intencionadas, e apenas se preocupassem em controlar os excessos da Mídia, vá lá... Pena que não há como ter essa certeza.

Voltando à edição 317 do Pasquim: *“O descaso das chamadas autoridades competentes ante a destruição do Alto do Leblon por Companhias Imobiliárias deixa a descoberto, mais uma vez, o descarado favorecimento do poder econômico em detrimento das áreas verde e dos habitantes desta outrora muy legal cidade de São Sebastião”*. Este trecho faz parte de um texto que fala do desmatamento de áreas verdes para construção de edifícios – o desmatamento seria ilegal. As palavras “descaso”, “destruição” e “descarado favorecimento” são outra prova da mudança no Pasquim. Desde 1969 o jornal escrevia matérias sobre problemas como esses, mas o tom de denúncia não costumava ser tão explícito.

O parágrafo anterior é mais uma prova do quanto o Pasquim continua incomodamente atual. Se o jornal não tivesse datas, seria quase atemporal – perdão pela rima. Parece que muitos fatos continuam se repetindo, mudando apenas lugares e nomes.

Os exemplos de redução da sutileza do Pasquim continuam. O jornal volta a mencionar aquele que Sérgio Augusto se recusa a chamar de ditador – mas agora, quem fala é Armindo Blanco:

Na mesma época em que um filme sobre o general Idi Amin Dada era considerado em Paris "o mais engraçado do momento", um jornalista inglês expulso de Uganda, David Martim, anunciava um livro contando "verdades nada engraçadas" a respeito de um ditador cruel que muitos ainda tratam carinhosamente de big Daddy. O livro saiu e não é nada engraçado, de fato, saber que "estimativas moderadas" calculam entre 80 mil e 90 mil os assassinatos políticos em Uganda desde que Amim tomou o poder, em janeiro de 1971. "Mesmo assim ele continua sendo visto como uma pessoa diverti-

da, que faz discursos intermináveis, desafia todo o mundo e merece a atenção dos humoristas da revista Punch", escreve Martim amargurado.

Alguns tentam explicá-lo racionalmente. Amin satisfaz, de certa maneira, preconceitos em relação a negros. "Ele é analfabeto, imprevisível, incompetente como governante e matador", diz o autor de "General Amin" sugerindo que grande parte dos que se divertem com ele pensam que negro "é assim mesmo" e o jeito é cair na gargalhada. Por isto "tout Paris" e o "beautiful people" (dá licença Zózimo) europeu rolaram no chão de tanto rir com o negro gigante, ex-campeão de

box, tratando seus ministros como se fossem os últimos dos lacaios. E como se dissessem, às gargalhadas, que negro tem de ser governado dessa maneira e por gente como Amin.

A história da América Latina está cheia de exemplos parecidos e quando

Pasquim nº 317, 24/07/1975, pág. 13

Exemplos parecidos, diz o Pasquim. E hoje temos Chavez, Fidel (quer dizer, Raul), tivemos Zelaya... Bom, não posso afirmar que eles fizeram tanta carnificina quanto Amim, mas nenhum deles parece ter simpatia pela democracia.

Os nossos "hermanos" também foram lembrados pelo Pasquim (o texto abaixo também é da página 13, edição 317):

A moda agora é rir com Lopez Rega, "el brujo", que quase teria alcançado o monopólio do poder na Argentina manipulando forças ocultas ou jogando com bola de cristal. Não é nada engraçado no entanto, o fato de que Lopez Rega tentou sua escalada num clima de violência política como nunca a Argentina havia vivido antes. Num dado momento os assassinatos chegaram a média de cinco por dia, com ultraesquerda e ultradireita se eliminando mutuamente e o terrorismo sobrando para o lado de artistas, escritores, jornalistas e intelectuais cujo crime é pensar, escrever e criar. "O único inimigo que admitimos é o inimigo morto", dizia a revista de ultradireita "El Caudillo", à qual Lopez Rega aparece vinculado num inquérito feito pelo Estado-Maior do Exército, segundo denúncia não contestada do jornal "La Opinión".

Ainda lembro do sorriso amarelo do deputado argentino Jesus Porto, quando tentava mostrar-se calmo durante uma conversa com jornalistas depois de ter apresentado ao Congresso um pedido de julgamento político de Lopez Rega. "Bem senhores, só me resta convidá-los para meu enterro", disse. "Aceitaremos o convite do deputado Porto, desde que ele não assista antes ao nosso enterro", escreveu o diretor do "La Opinión", jornal que durante os dias mais agudos da crise decidiu que existe liberdade de imprensa na Argentina, que cabe à própria imprensa ter a coragem de exercê-la e que ele iria exercê-la enfrentando o ex-ministro e ex-secretário-particular da presidenta Maria Estela de Perón. Admitindo, no entanto, como o deputado Porto, que isto poderia terminar em enterro, nunca em gargalhadas.

Só para registrar: na época, José López Rega era Comissário Geral da Polícia Federal Argentina.

Parece um comentário apaixonado (admito, provavelmente é), mas verdadeiro: nos tempos da ditadura, a imprensa que se opôs ao governo precisou de muita coragem. E vai continuar precisando... Segundo um ex-presidente brasileiro, a Imprensa não deveria investigar crimes... bem, isso é a Imprensa quem decide, não é? No Brasil,

assim como no resto do mundo, é difícil encontrar um governo que se mantenha na linha sozinho, ele quase sempre precisa de uma “mãozinha”. Então, a Imprensa é o Quarto Poder? Talvez não chegue a tanto, mas pode ser um valioso instrumento para vigiar as ações do governo. Exato, o povo é quem deve vigiar o governo, não o contrário. Já devo ter dito algo do tipo antes, mas não custa repetir.

Mudando de assunto outra vez: abaixo, a capa da edição 320.



Pasquim nº 320, 15/08/1975, capa

Para quem não conseguiu ler: abaixo do nome do jornal está a frase da capa: “Nós damos o que eles não gostam”. Certo, o Pasquim já fazia isso denunciando a situação do país... Se bem que, como vocês já devem ter percebido, a frase tem outro significado... Apesar das mudanças do jornal, o humor resistia.

Mesmo hoje, muita gente ficaria escandalizada com uma capa como essa. Lembram da propaganda da cerveja “Devassa”? Aquela com a Paris Hilton? Organizações disseram que uma propaganda como aquela denegria a imagem da mulher, falaram até em retirar do ar. Imaginem então o que devem ter falado da capa acima. Alguns tipos de pessoas simplesmente não estão preparadas para coisas que quebram o convencional e o falso moralismo. A entrevista com Leila Diniz não causou tanta repercussão à toa.

Saltando da capa para a página 13: “Como censurar o escritor antes do livro”, texto de J. Monserrat Filho.

Se alguém espera por uma figura ou por alguma imagem com texto do jornal, vai esperar à toa. O texto é muito longo para ser colocado aqui e este capítulo já está cheio de imagens, vou tentar manejar um pouco. Nem seria preciso, o título já dá uma idéia do conteúdo.

O texto começa assim: “*O escritor, meus senhores, é um perigo constante. Ele não apenas sabe pensar, como sabe por no papel o que lhe vem à cabeça e, ainda por cima, de modo a que todos entendam. Eu pergunto: pode haver ameaça maior? Não, não pode*”.

Monserrat fala tem tomar providências: “*Mas, é bom deixar bem claro, não necessitamos ir ao exagero e à brutalidade de pegar o escritor e jogá-lo no meio do oceano, como alguns já chegaram a sugerir*”. Alguns sugeriram isso? Caramba, não acredito!!!

Depois, ele fala numa máquina de escrever, mas não uma máquina qualquer. Se o escritor não escrever, receberá choques. “*O escritor pode dar uma paradinha de vez em quando. Acender um cigarro, pensar uns segundos. Mas sem exageros e sem fazer cera. Porque neste caso, ele vai sentir os efeitos na própria pele*”.

Não adiantaria ficar batendo na mesma tecla, a invenção de Monserrat reserva uma surpresa desagradável a quem tentar isso. Então, o escritor tentaria escrever coisas sem pé e cabeça. Só adiaria o inevitável, segundo o texto: a máquina é programada para funcionar por doze horas e descansar duas. Mesmo que o escritor conseguisse ficar doze horas escrevendo coisas sem sentido, o ciclo continuaria se repetindo. Não haveria problemas em manter a máquina funcionando, pois “*O preço da energia elétrica é irrisório...*” e “*Haverá papel de sobra, desses de jornal...*”.

Irrisório? Papel de sobra, desses de jornal? Olhem de novo as técnicas de implicitação do Pasquim (aparecem menos nesta fase, mas continuam existindo). Os trechos foram colocados numa posição não muito chamativa, vale lembrar que só apareceram no final do texto; a ironia, pois eletricidade, mesmo com a tecnologia atual, não é barata, imagem em 1975; e quanto ao trecho sobre papel de jornal: durante algum tempo, os militares não chegaram a controlar a distribuição de papel-jornal, justamente para atrapalhar publicações incômodas? Ouvi falar que agora, em 2010, estão discutindo uma medida parecida na Argentina...

Voltando à máquina de Monserrat: o ciclo de escrever doze horas e descansar duas continuaria se repetindo. Cedo ou tarde, o escritor revelaria tudo o que se passava na mente dele, uma autêntica raspagem cerebral. “*Desta forma, senhores, pela primeira vez na história, conseguiremos nos antecipar ao escritor, neutralizando sua ação antes que ela se transforme em livro. Este é o original de um equipamento que amanhã, para consagração nossa, percorrerá o mundo. (Aplausos prolongados.)*”.

Mais um exemplo do deboche do Pasquim contra os agentes da ditadura. A palavra “senhores”, respeitosa em seu sentido original, teve o significado completamente subvertido. Ironia, deboche: engraçado para os leitores, muito irritante

para a censura. Como disse Kucinski, o Pasquim tinha mais espaço para driblar a ditadura por não ser tão sério quanto os demais alternativos.

Aqui entre nós: Monserrat não tinha consciência do que estava fazendo. Já pensou se alguém leva o texto a sério e inventa uma máquina daquelas? Certo, a probabilidade era quase zero em 1975.

Debochar dos poderosos continua sendo costume por aqui. Durante a campanha eleitoral de 2010, Sabrina Sato, do “Pânico da TV”, perguntou a então candidata Dilma Roussef: “Se você ganhar, quem vai ser a primeira dama?”.

Na época da campanha eleitoral, um objeto (ou dois, isso nunca ficou muito claro) atingiu a cabeça do então candidato José Serra e o site “Charges.com” não poderia deixar de abordar o assunto: numa charge, Serra diz que ficou grogue por causa de um objeto arremessado na sua cabeça, e mesmo assim, Lula não o levou a sério. Dilma responde que Lula estava acostumado a ficar grogue, por isso não achou nada demais no ocorrido com Serra.

Voltando à edição 320: quadrinhos na página 14. Pessoas numa festa, rindo, cantando. Motivo da comemoração: 30 anos das bombas em Hiroshima e Nagasaki. A tira ainda mostra turistas visitando o local onde caiu a bomba e o piloto que jogou o explosivo acordando no meio da noite e gritando: “Eu tava apenas cumprindo o meu dever”.

Se o piloto realmente teve pesadelos, não dá para saber. A meu ver, a resposta é não. Se não me engano, em 2005 (60 anos da bomba), o “Fantástico”, programa da TV Globo, entrevistou o piloto que jogou uma das bombas. Ele disse não sentir remorso, nem ter pesadelos, estava apenas cumprindo uma obrigação militar – sobre a entrevista, não tenho certeza absoluta se realmente foi assim, eu apenas puxei o fato da memória, pesquisei para ver se estava certo e parece que sim, mas não consegui evidências o bastante para confirmar.

Mesmo que o piloto tivesse se recusado, pouco adiantaria. Cedo ou tarde achariam alguém para fazer o serviço e o piloto seria condenado por se recusar a tomar parte na morte de dezenas de milhares de pessoas.

Página 17. Alvo: televisão. Texto: “Dando uma de cachorro”. Autor: Ferreira Gullar. Abaixo, não o texto inteiro, apenas os primeiros parágrafos.

“Há gente que tem como ponto de honra não ver televisão. ‘Em minha casa não há televisão’, afirmam com orgulho. Claro, porque tem dinheiro para comprar. Noutro nível social, não ter televisão é prova de indignância, desclassificação social. Mas há muita gente convencida mesmo de que a televisão deseduca, deforma, emburrece. Máquina de fazer doido. A verdade é que mesmo quem vê televisão não a defende, ressalva algum programa. Não é por acaso que o povo apelidou as máquinas de assar frango de ‘televisão de cachorro’. E às vezes a gente se sente como um cachorro a assistir as besteiras que a televisão bota dentro da casa da gente. Mas não sou radical na crítica à televisão, e cheguei mesmo a escrever um pequeno ensaio mostrando que nem tudo na televisão é negativo. Fui um dos primeiros a elogiar o Chacrinha, depois considerado gênio não se sabe por que.

O certo é que a televisão, em geral, é ruim. No Brasil, nos Estados Unidos, na Argentina. Mas desempenha um papel e às vezes apresenta coisas boas. De qualquer modo, tornou-se necessária. Acho até que impede muito suicídio. Pode ser que provoque outros. Comparo-a ao rádio, sob certos aspectos. Quem tem a vida movimentada, muitos amigos muita badalação, quase não liga para divertimento tão vulgar. Não dá essa de cachorro”.

Hoje, é quase impossível imaginar alguém sem televisão em casa. Sim, ainda há realmente quem não pode comprar. E quanto a alguém que não tem televisão, mesmo tendo possibilidade de comprá-la? O que diriam a essa pessoa?

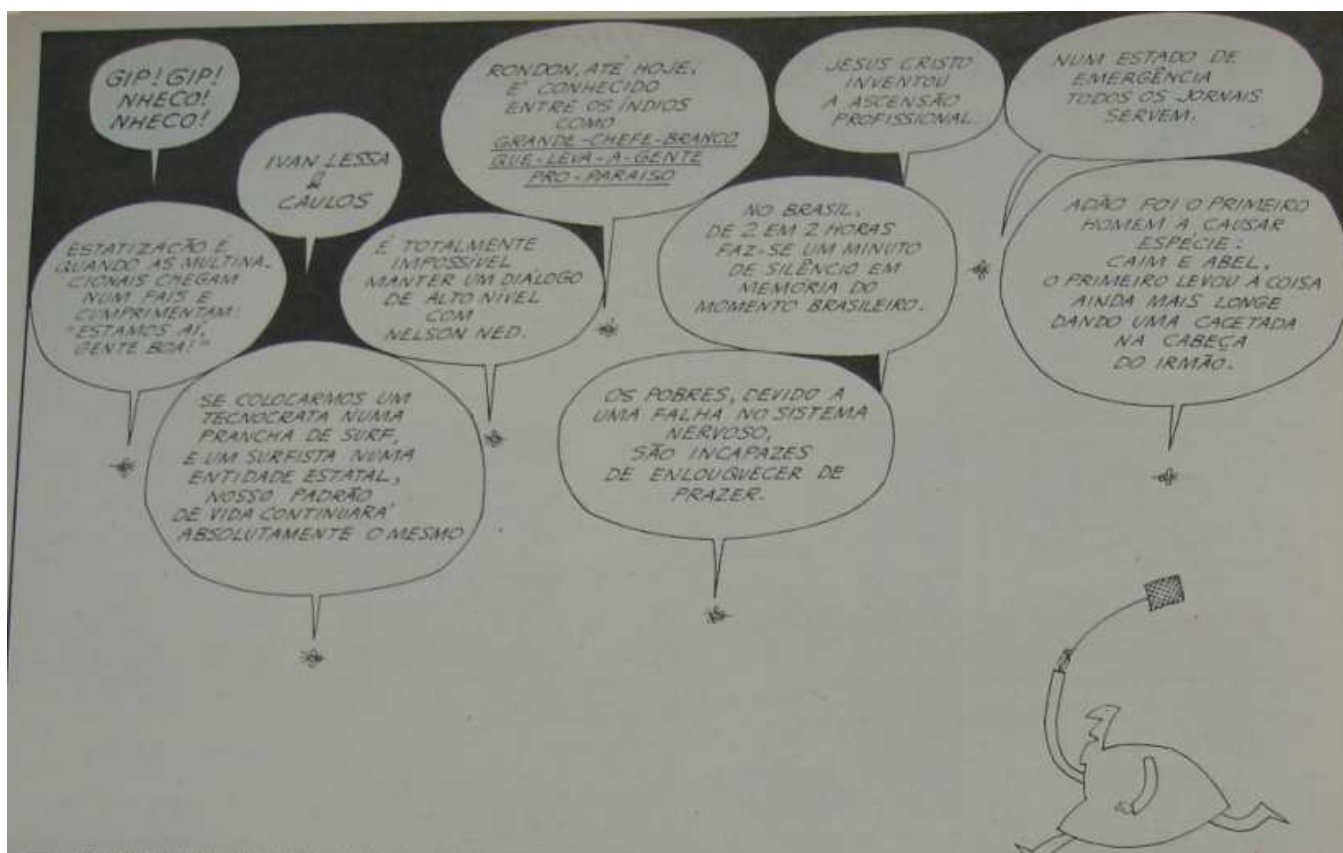
O texto é de 1975. Infelizmente, ainda há programas parecidos com máquinas de assar frango. Programas vazios de valores e conteúdo, quase hipnotizantes. Eles até servem para relaxar, mas apenas para isso.

Muitos especialistas recomendam assistir duas horas de televisão por dia, no máximo. Duas a quatro horas já é um nível considerado preocupante e mais de quatro horas, liguem o alerta vermelho.

Evidentemente, os tais especialistas não estavam pensando na qualidade dos programas ao fazerem este cálculo, levaram em consideração apenas o lado do sedentarismo. No entanto, hoje já está provado que o cérebro, assim como um músculo, também precisa de exercício. Ou seja, para o bem do cérebro, as besteiras devem ser evitadas, ou assistidas com bastante moderação. Entretanto, não é preciso se entupir de programas-cabeça. Até porque alguns são sobre assuntos que não interessam, falados numa linguagem que você não entende, por pessoas que não sabem.

Isso para não falar de atrações sendo exibidas na hora errada. Resumindo, cenas de sexo exibidas em horários em que crianças são espectadoras. Neste caso houve melhora, as TVs manejaram um pouco. E a classificação indicativa também ajuda. Alguns a rotularam como censura, mas ela é apenas indicativa, como o próprio nome diz. Ela, por si mesma, não impede ninguém de assistir nada, é apenas uma sugestão.

Voltando ao Pasquim: momento humor.



E assim se encerra a segunda fase do Pasquim. Daquele ponto em diante, a politização só fez aumentar.

CAPÍTULO VII – DÊNIS ENTREVISTA MOUZAR BENEDITO

Era sábado, 5 de junho de 2010, quando entrevistei Mouzar Benedito da Silva. Ele foi colaborador do Pasquim e de vários veículos da Imprensa Alternativa. Não foi difícil marcar uma entrevista com ele, até porque nós já nos conhecíamos, eu já o tinha entrevistado ano passado para um trabalho.

Joguei conversa fora com minha família, comi, chequei o equipamento – agenda para anotações, a máquina fotográfica era digital, mas o gravador ainda era (é) analógico...

Saí de casa mais ou menos 12:20, andei uns dez minutos até a estação e fiquei esperando o trem chegar. Tinha marcado aparecer no apartamento dele às 15:30. E porque saí tão cedo de casa? Bem, minha casa não era perto do apartamento do entrevistado.

Antes, dei uma passada na loja do meu pai, peguei dinheiro para a passagem e imprevisto (não disse que em SP sou paparicado? Mas isso só até eu arrumar um emprego..).

Dei uma fuçada no Google Maps, peguei o trem e saí. Quase enlouqueci com o barulho que vinha lá de fora, Perus está mudando rápido – eu, como passo a maior parte do tempo em Bauru, não acompanhei as mudanças.

Entre no trem enquanto ouvia alguém comentar: “Isso aqui tá muito cheio”. Porém, considerando que eu não fui empurrado para entrar, nem espremido durante a viagem, estava no lucro. Melhor que isso, só viajar sentado – mas é pedir muito para um trem de uma cidade como São Paulo

Fui até a Luz, enquanto lia textos para uma prova que seria dias mais tarde. Foi difícil destacar os trechos mais importantes lendo o texto em pé, mas consegui.

Usei a escada comum mesmo, porque o pessoal se espreme para entrar na rolante e eu não tenho paciência para aquela agitação.

Da Luz fui até o Paraíso e não tive que encarar o inferno de ser espremido, mas viajei em pé. Do Paraíso fui até a Vila Madalena, e o trem estava beem vazio. Sentei e já comecei a ficar com sono.

Cheguei na Vila Madalena, andei o caminho que o mapa me indicava – mas quem disse que eu achava a rua certa? Lá pela metade do caminho, me perdi e tive que pedir informação. Duas pessoas não souberam me dizer até que um senhor, velhinho já, andou um pouco comigo e me mostrou o lugar certo. Fui andando, vendo o mapa outra vez (uma das ruas não tinha achado por que eu estava numa das travessas dela).

Cheguei, nos cumprimentamos e ele já me elogiou dizendo que uma característica de jornalista eu tinha: a pontualidade. Tínhamos combinado às 15:30 e eu tinha chegado às quinze horas, vinte e oito minutos e dezenove segundos – certo, meu celular não marcava os segundos, mas a parte das horas e minutos é verdadeira.

O lugar tinha tamanho razoável, parecia pequeno porque o apartamento era cheio de livros.

A entrevista durou mais ou menos uma hora, ele seria entrevistado por um pessoal de um programa de TV eu acho. Ele foi bastante simpático e atencioso, nem ficou bravo na hora em que me deu branco.

Na volta, lembrei que estava perto da casa de um amigo, mas não encontrei. Em vez disso, achei um caminho bem mais fácil de volta para a estação, se eu tivesse seguido por lá, teria sido bem mais rápido.

Tudo normal no Metrô. Então, quando voltei para a Luz: aquele mundo de gente esperando um trem que tinha outro mundo de gente dentro. Quem mora em São Paulo já deve imaginar a facilidade que foi entrar: basicamente um empurra-empurra sem

cerimônia. Volta e meia a gente ouve: “Ao entrar e sair do trem, cuidado com o vão entre o trem e a plataforma”. Existe um motivo para isso: é REALMENTE necessário o cuidado, até porque uma senhora caiu dentro do vão e foi um custo tirá-la de lá. Entrei e alguns reclamavam da confusão, dizendo “A boiada empurrando todo mundo para entrar”. A comparação é ofensiva, mas nem me preocupei: os bois não entendem.

Agora, a entrevista. Ou melhor, parte dela, era muito grande para ser reproduzida na íntegra.

DÊNIS – Como foi seu trabalho no Pasquim? o que o senhor fazia lá exatamente?

MOUZAR – Bom, eu comecei no Versus, fui um dos fundadores do Versus. Enquanto eu estava lá, sempre tive vontade de mandar material pro Pasquim, mas sempre tinha um pouco de receio, porque eu ainda era estudante de Jornalismo, né? E tinha uma seção de Cartas lá, tinha o Ivan Lessa, que tinha o pseudônimo de Edélio Tavares, que lascava o pau em todo mundo, eu tinha medo de ser gozado. Aí um dia eu criei coragem, isso foi em 76, eu mandei duas matérias pra lá, usando pseudônimo, porque se o Ivan Lessa for gozar, que goze outra pessoa, mas eu mandei pro Jaguar, especificamente. E aí, eu vi as duas matérias publicadas com pseudônimo. Que bom, né, essa democracia de receber material de gente desconhecida. Aí, eu comecei a mandar material pra lá, e eles foram publicando. Dentro das Dicas, umas entrevistas... por exemplo, a maior entrevista que saiu no Pasquim foi a volta dos exilados, quando tava chegando o Manoel da Conceição, que deu entrevista de onze páginas. Então o material era esse, eu viajava bastante, trabalhava com cultura popular, mandava umas dicas de todo o Brasil, e matérias...

DÊNIS – Então a entrevista ocupou onze páginas do Pasquim? Foi na íntegra?

MOUZAR – Na íntegra. Eu mandei pra lá e falei: “Ó, não tô com paciência pra cortar isso não, vocês cortam aí. Porque tinha um estilo, o Pasquim lançou esse estilo de pergunta e resposta, assim, na íntegra... Claro que quando você vai fazer, alguma coisa você edita, mas o Jaguar, que não sabia como fazer isso, publicou na íntegra a primeira entrevista do Pasquim, aí virou moda. Mas às vezes, quando eu fazia alguma outra entrevista, a gente sempre... porque no meio das entrevistas, a gente vai saindo pra outros assuntos, então eu cortava essas partes que não interessavam pro leitor. Mas às vezes o assunto ficava assim... eu via que tava grande demais, noventa laudas quase... aí eu falei: “Nossa, não dá pra publicar como entrevista, mas não vou ficar cortando não”. Eu mandei pra lá pensando “vocês cortam”... Aí, não, não cortaram nada.

DÊNIS – Quem era o entrevistado? Qual era o tema?

MOUZAR – O Manoel da Conceição era um líder camponês, no Maranhão, que foi exilado na Europa, e foi... durante o governo Sarney, no Maranhão, ele foi preso e teve uma perna amputada na cadeia. Ficou numa cela cheia de fezes, e com um tiro de fuzil no pé, de quando prenderam ele... isso foi no começo da década de 70... Aí deixaram grangrenar a perna dele e amputaram a perna... Mas ele saiu da cadeia e continuou sendo perseguido, aí ele foi pra Europa. Ficou lá até o processo da Anistia e a volta dos exilados.

DÊNIS – Há pouco, o senhor disse que viajava pelo Brasil e colaborava para a seção “Dicas”. Mas o senhor dava dicas de que exatamente, pra onde o senhor ia?

MOUZAR – As Dicas no Pasquim começaram como dicas de espetáculos, de bares, de shows... Mas depois, virou uma seção de comentários. Quatro páginas de notas curtas, que na verdade não tinham dica nenhuma, às vezes tinha dica de alguma coisa... Por

exemplo, eu tava um dia no Pará, vi que tinha sumido um monte de coretos lá. Em Belém do Pará tinha um monte de coreto. E durante a ditadura, na reforma da cidade, numa reurbanização, sumiram os coretos. Depois eu fiquei sabendo que eles tavam nas fazendas dos militares em Petrópolis. Aí eu mandei pro Pasquim. O pessoal de Belém que não sabe onde foram parar os coretos que tinham lá na cidade, visite alguns sítios de militares em Petrópolis, tão lá. Não era bem dica nesse sentido de nota curta indicando alguma coisa... não era dica de espetáculo... E mandava dica daqui de São Paulo também, quando chegou a Flávia Schilling, do exílio, mandei uma série de dicas sobre ela... Dicas de esportes, por exemplo, fazia comentários, notas curtas, sempre críticos, era muito crítico geralmente, raramente fazia alguma coisa que não era crítica.

Obs.: Flávia Inês Wesp Schilling: socióloga, pedagoga e escritora brasileira. Tornou-se conhecida durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), ao ser presa, aos 18 anos, e levada ao Uruguai, onde ficou durante 7 anos e meio, na prisão política de Punta Rieles. Foi beneficiada pela Anistia no Brasil dia 14 de abril de 1980. É autora do livro “Querida Liberdade”, em que conta sua experiência no cárcere.



Pasquim nº 105, 08/07/1971, capa

DÊNIS – Eu li algumas edições do pasquim e *pareeece*, não sei, pode até ser que eu esteja errado, que havia tipo uma rivalidade Rio–São Paulo, que o Pasquim, por ser carioca, implicava um pouco com São Paulo... O senhor acha que isso procede, ou que é só crendice?

MOUZAR – Ah, não, isso aí é o seguinte, na época existia entre São Paulo e Rio uma rivalidade maior. O Pasquim não incentivava isso, ele gozava isso. Então ele fazia umas provocações mais por gozação. Na época o Jaguar, quando eu mandei um material pra lá, comecei a colaborar, a primeira vez que eu fui no Rio de Janeiro encontrar com o pessoal do Pasquim, o Jaguar viu que era mineiro e falou: “Poxa vida, achei que tinha encontrado um paulista bem-humorado, cê é mineiro”. Ele queria ter colaboradores aqui em São Paulo, mas não tinha. Tinha um comentarista de economia, que é um cara até muito chato por sinal, que fazia uns comentários assim... depois que terminou a ditadura virou um cara... ruim de política, que usava pseudônimos também... E eles tinham vontade de ter colaboradores em São Paulo, mas eles não achavam muito... A verdade é

que ter também... Eles publicavam os cartunistas de São Paulo, mas texto era raro. Tanto que depois eles criaram o “Pasquim São Paulo”, mas não durou muito.

DÊNIS – O senhor disse que chegou a encontrar pessoalmente alguns dos nomes principais da Redação. Como era lá, era mesmo a “patota” que o pessoal fala?

MOUZAR – Isso aí é uma coisa divertida por que na época, eu era o editor do Versus, um jornal latinoamericanista de cultura e tudo... Então as pessoas pensavam que no Versus era um ambiente de discussão política permanente, aquela coisa séria, nossos colaboradores eram Gabriel Garcia Marquez, Galeano, Ariel Dorfman, o pessoal internacional era desse tipo, aqui também tinha muitos intelectuais que colaboravam no Versus. Então, todo mundo pensava que era um ambiente de discussão política, e tal... e eles me perguntavam isso. E como eu era colaborador do Pasquim, ia lá de vez em quando, me perguntavam se era mesmo aquela gandaia na Redação do Pasquim, e eu falava, e as pessoas ficavam surpresas. O Versus tinha gente bebendo, gente namorando no porão, no quintal, era uma zorra... E chegava no Pasquim, tinha a sensação de que entrava num escritório de contabilidade, cada um na sua mesa, escrevendo tudo certinho, só o Jaguar que destoava um pouco.

Comentário: talvez o Pasquim fosse a patota em seus tempos áureos, o jornal já não estava em seu auge em 1976.

CAPÍTULO VIII – DECADÊNCIA

Em 1984 o Brasil já estava perto de deixar a ditadura (sairia oficialmente no ano seguinte). Os tempos áureos do Pasquim já haviam acabado.

A capa da edição 770 comemorava “O último aniversário do golpe de 1964”. Já havia uma forte articulação para as eleições diretas, embora elas tivessem ocorrido apenas em 1989.

O humor continuava sendo uma forte característica do jornal.



Pasquim nº 770, 29/03/1984, pág. 3

Faz tempo que não temos Golpe de Estado, mas ainda existem muitos políticos que não largam a vida mansa e continuam sendo sustentados COM NOSSO DINHEIRO!!!!

Na página 7, texto de Jaguar sobre a homenagem da Câmara dos Vereadores à escola de samba Mangueira, campeã daquele ano. O final era assim: “Foi bonito ver, colorindo aquele cenáculo, aqueles crioulos, grandes sambistas, Beth Carvalho, Eliana Pitman, Rubem Conffetti, Azedo lendo e discurso de Sérgio Cabral que não pôde comparecer por motivo de bisturi, e nós, o povo, cantando no final o samba da Mangueira, na maior empolgação, até parecia que já tinha tido eleições diretas e estávamos em plena democracia. Foi bonito”.

Ele não podia perder a chance de falar de política...

Canto superior esquerdo da página 10: “Escolhidos em eleições diretas – quem estava no bar votou – estão aí os melhores trabalhos de cada categoria (fotos, charges e frases) do concurso promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio sob o tema “Diretas Já”. A eleição foi no dia 15 de março, no “Barbas”, do Nelsinho Rodrigues, e os vencedores receberam os troféus de “Urna de Ouro”, Urna de Prata” e “Urna de Bronze”. Eis as frases:

As frases vencedoras	
1º lugar: "Só vovô viu a urna"	69: general Emilio
2º lugar: " Quem quiser ser presidente tem que contar com a gente"	74: general Ernesto
3º lugar: " 64: general Humberto	78: general João
67: general Arthur	84: Paulo... Mário... Aureliano...
	ONDE JÁ CIVIL?"

Pasquim nº 770, 29/03/1984, pág. 10

Na página 12, o Pasquim deu um tempo no tema política e resolveu falar de cultura. Mais especificamente da situação do compositor de música erudita: *“Está na hora, então, de uma parte desses recursos de sete bilhões de cruzeiros concorrerem para uma abertura, uma luz, o túnel da marginalidade em que vive a grande maioria de nossos autores musicais do setor erudito”*.

Os sete bilhões eram o valor – segundo o autor do texto, Ilmar Carvalho – da soma empregada em projetos culturais por grandes empresas brasileiras e estrangeiras. Segundo Ilmar, ao investir em certos projetos culturais e deixar outros de lado (como a música erudita), as empresas contribuíam para deixar o músico erudito numa “camisa-de-força da marginalidade”.

Até hoje, o financiamento de projetos culturais é um ponto bastante discutido. Em tese, uma empresa tem o direito de financiar quem elas bem quiser. Porém, há quem contra-argamente dizendo que financiar certos projetos e não outros, deixaria, na falta de termo melhor, a competição desigual. Em outras palavras, os projetos não-financiados seriam excluídos, pois sem a verba, não teriam como se tornar bons o bastante para atrair o público.

Qual seria a solução? Financiar todos? Mas quem teria dinheiro para isso? Só se muitas, mas muitas empresas, e o governo se juntassem para colocar dinheiro em tantas iniciativas culturais quanto o possível. Ainda assim, algumas seriam excluídas.

Não financiar nenhuma? Mas a cultura não precisa de incentivo?

Para resolver o problema, ou atenuá-lo pelo menos, o governo poderia financiar os “projetos marginalizados”, ou criar políticas para incentivar empresas a fazerem isso. Claro, aí também tem um problema: poderiam dar atenção apenas ao que fosse conveniente. Por exemplo, uma peça de teatro criticando o presidente (ou “a presidente”, que toma posse em 2011) receberia financiamento?

Ir contra o governo apenas por ir contra é irresponsabilidade. Ele é feito de pessoas e como tal, às vezes acertam, às vezes erram. Aliás, não que eu goste de admitir, mas o governo Lula alcançou uma popularidade imensa. Usando as palavras do próprio, nunca antes nesse país havia acontecido isso. Quando se falava em corrupção na época do Pasquim, se referiam aos políticos em geral. Hoje, também, mas pensando especialmente no Congresso Nacional.

Olha só, eu acusando o Pasquim de martelar o tema política e logo depois abordo cultura para também acabar em política...

Saindo um pouco do tema política, a edição 770 tinha uma entrevista. O tema e o entrevistado não serão abordados, mas sim, um procedimento muito comum no jornalismo:

Fausto – Sempre que pinta um filho rebelde as pessoas tentam tirar proveito desta situação e você compromete seu pai exatamente por não ser nenhum maluquinho. Se você fosse, o pessoal diria: “qualquer autoridade tem o direito de ter um garoto maluquinho” mas você parece um sujeito que sabe o que pensa e tem a cabeça no lugar. Você se dá conta que compromete o seu pai na medida em que está comprometido com a democracia e o voto direto?

ALFREDO – Visto por este prisma, sim.

Democracia e voto direto... olha o tema política outra vez... Bom, quem é do ramo jornalístico percebeu a que estou me referindo: pergunta de um quilômetro cuja resposta só pode ser “sim” ou “não”. Evitar isso é um dos primeiros ensinamentos nas faculdades de jornalismo. Certo, segundo Mouzar Benedito, os jornais alternativos (o Pasquim pelo menos) faziam tudo ao contrário do que as escolas de jornalismo mandavam. Em alguns pontos podem até ter acertado. Mesmo assim, acho que valia a pena seguir a escola neste caso.

Perguntas deste tipo podem ser necessárias às vezes. Como a entrevista toda não está aqui, não tem como o contexto da pergunta ser visto. Portanto, meu raciocínio não pode ser confirmado nem desmentido. Entretanto, provavelmente vão concordar se eu disser que perguntas deste tipo são extremamente irritantes. Quem acompanha futebol sabe: o jogador aparece, aí vem o repórter e fala, fala, fala. No fim, o jogador só consegue dizer “sim” ou “não”, se tiver espaço para responder a pergunta. Muitas vezes, o repórter acaba fazendo isso por ele.

Não sei se houve teorias conspiratórias em torno do Pasquim. Acabei de criar uma, mas não acredito nela, e espero que vocês também não. Lembram quando Fausto disse “qualquer autoridade tem o direito de ter um garoto maluquinho”? Pois bem, isso poderia ser uma referência implícita a Ziraldo, criador do “Menino Maluquinho” – havia saído do jornal por causa da aposta com Jaguar. Os mais imaginativos até poderiam dizer: “Era um tímido pedido para o Ziraldo voltar”.

Lembrei: houve uma teoria sim, os militares chegaram a pensar que o jornal recebia dinheiro de Cuba.

Voltando a este mundinho chamado Terra, algumas perguntas de um divertido teste, definido pelo seu criador como algo impossível de errar. Página 13, ainda na edição 770:

- 1) Quem não deseja eleições diretas para Presidente da República em 85 só pode ser:**
- a) Calhorda.**
 - b) Safado.**
 - c) Mau caráter.**
 - d) Apenas uma pessoa desinformada**
 - e) Todas as respostas anteriores.**

Sutil como um elefante...

- 4) Metade da dívida externa brasileira está:**
- a) Depositada na Suíça, em nome dos corruptos.**
 - b) Depositada em outros países, em nome dos corruptos.**
 - c) Depositadas aqui mesmo, em nome dos corruptos.**
 - d) Somente as duas primeiras são verdadeiras e a terceira só parcialmente.**

Comentário positivo: a dívida externa já foi paga – o Brasil até emprestou para o FMI. Finalmente uma melhora daquela época para esta.

6) A mais forte razão pela qual todo o povo brasileiro deseja eleições diretas já, é:

- a) **Livrar-se do Delfim.**
- b) **Livrar-se do Delfim, do Galveas e do Pastore.**
- c) **Livrar-se de Vocês Sabem Quem.**
- d) **Livrar-se de Delfim, Pastore, Galveas e Vocês Sabem Quem.**

Vocês Sabem Quem? Isso é tão Harry Potter. Acho que a J. K. Rowling leu o Pasquim. “Vocês Sabem Quem” dever ser o general Figueiredo, o então presidente.

8) Segundo fontes abalizadas, a corrupção e a incompetência administrativa do atual “governo” é tão grande que só lhe resta uma atitude, por sinal bastante louvável:

- a) **Renunciar e oferecer o gesto ao povo.**
- b) **Renunciar e oferecer o gesto a seu cavalo (e o povo aplaudirá do mesmo jeito).**
- c) **Renunciar e ir para o interior criar galinha.**
- d) **Renunciar e arranjar emprego em uma multinacional, seguindo exemplo famoso.**

Com certeza a opção d) é uma referência implícita a alguém, bem ao estilo do Pasquim 1969, mas não consegui descobrir quem.

12) Quem deseja enquadrar o brilhante humorista, escritor, teatrólogo, jornalista, tradutor, etc., etc., na famigerada lei de segurança por ter chamado de mal-humorado um general que torceu publicamente o braço de um repórter, pensa que este país é:

- a) **Um quartel.**
- b) **Um circo.**
- c) **A casa da mãe Joana.**
- d) **Todas as respostas anteriores.**

Já falei disso antes, tentaram enquadrar os humoristas em 2010 durante a campanha eleitoral...

Ainda na mesma edição, Sylvio Abreu relatava que a Previdência Social chegaria ao fim do ano sem déficit, segundo o então ministro Jarbas Passarinho. O texto de Abreu termina com: “*Bom, passarinho que come pedra...*”.

Já naquela época discutiam déficit na Previdência? Caramba, O Pasquim continua atual mesmo. Devem ter previsto que a situação não mudaria.

Edição 777, maio de 1984. O jornal publica nome, endereço e telefone de todos aqueles que votaram contra as “Diretas Já”. Sorte a deles não existir e-mail naquela época.

A capa da edição mostra um desenho de Paulo Maluf perguntando: “*Bem, suponhamos que eu queira negociar: esse tal de consenso, quanto custa?*”. E as outras pessoas aparecem cochichando e dizendo palavras como: “Já”, “1986”, “Emenda”, “Colégio” e “Espúrio”.

Na sessão Papo, texto de um leitor: “O Pasquim era muito mais interessante”. Ele fala saudosamente dos tempos em que Ziraldo e Henfil ainda eram parte do elenco –

pedindo a volta deles e de outro, pede também melhoras na publicação, critica o presidente e menciona a dívida do jornal. O Pasquim responde:

Elias: você é um moço arguto e inteligente. Já deve, portanto, ter ouvido falar de inflação e recessão, pois não? Mas estamos dando a volta por cima e se dentro de vinte anos nós não fizermos tudo que você solicitou, pode deixar de nos comprar. Te amaremos sempre.

Recessão e inflação: algo pelo qual o país **NÃO** está passando hoje.

O humor do Pasquim costumava ser maior...

Página 5, continuação da lista iniciada na capa, nomes, telefones e endereços dos deputados contra as “Diretas Já”, acompanhadas de um texto de Fausto Wolf. Relutei em colocar na íntegra, só fiz isso porque o texto é bom:

Transforme um deputado indireto num ser humano!

Semana passada nós publicamos os telefones dos pilantras que votaram contra a emenda Dante de Oliveira e de lambuja o do pessoal que preferiu ausentar-se. O bode que deu vou lhes contar! Chamado ao telefone às 3 da matina, Rubem Medina gritava: “Identifique-se”! “Identifique-se”. Um leitor de São Paulo ligou para cá dizendo que havia telefonado para um por um dos deputados antidemocratas e ter sido recepcionado pela secretária eletrônica que repetia: “o número deste telefone foi mudado”. Vários deputados ligaram para a redação informando “mas eu sou a favor das diretas. Só não pude comparecer à Câmara”. A verdade é que esse pessoal achava que eleitor não passava de uma abstração e não esperava a reação maciça de desprezo e nojo. Por outro lado, todos os negos do PDS que votaram a favor da emenda, viraram heróis nacionais. Resultado: os primeiros vinte e dois (os votos que faltam para mandar para o inferno esta ditadura vintenária) absenteístas que se proclamaram pela aprovação da subemenda da emenda Figueiredo que pede as diretas-já, têm chance de recuperação. Como, porém, os vivaldinos mudaram de telefone, neste número damos os endereços deles. Escrevem, façam visitas e digam: “vossa excelência ainda tem tempo de se transformar num ser humano. Basta votar na subemenda das diretas-já. Senão... adeus vossa excrescência.

Até que enfim falaram de São Paulo sem dar patada. Aliás, eu não esqueci de fechar as aspas, foi o jornal.

Neste texto, Wolf pede para o povo participar, lutar pelos seus direitos. Ao que parece a reação foi efetiva e inesperada. Não era para menos, o povo reagir é coisa rara por aqui.

O Pasquim já não era mais o mesmo, não despertava a alegria de antes. Entretanto, algumas bandeiras permaneceram como o ódio contra a ditadura. A ironia permanecia (vivaldino = espertalhão) e o jogo com as palavras. O encerramento do texto foi ótimo, com todo respeito às excrescências, é claro.

O uso de palavras fortes como “desprezo” e “nojo” era raro no Pasquim de antigamente. O jornal nunca tinha sido condescendente com os poderosos, evitava palavras daquele tipo por causa da censura e colocava a linguagem de modo que o leitor deduzisse a mensagem, deixando o tom mais leve e divertido. Era um “ataque com estilo”, por assim dizer, sutil e no alvo. Com o passar do tempo, as alfinetadas no

coração foram substituídas por marretadas no estômago: impacto visual demais, eficiência de menos.

O texto de Wolf me lembrou de outro episódio, ocorrido dois ou três anos atrás, se não me engano. Deputados tentaram aprovar uma proposta que aumentava em noventa por cento os salários deles. Como era final do ano, já se começava a pensar em Natal e Ano novo, acharam que iam conseguir facilmente. Isso até a Opinião Pública entrar no meio e acabar com a festa. Mais um exemplo de que esforços conjuntos podem fazer a diferença. Os caras-pintadas ajudaram a derrubar Collor.

Talvez seja piegas dizer isso, de grão em grão a galinha enche o papo, se cada um fizer a sua parte, todos vão conseguir... É tão piegas quanto verdadeiro. Até me lembrei de uma frase da Madre Teresa de Calcutá: “Sei que meu trabalho é apenas uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor”.

Muito bonito na teoria, quase irrealizável na prática, considerando o quanto a geração atual é desesperançosa e indiferente em relação ao tema Política. Ninguém precisa ser versado no tema, estudar horas e horas a fio. Por outro lado, ignorar não é a melhor solução, considerando que prefeitos, vereadores, deputados, governadores, senadores e o presidente (em 2011, a presidenta) foram eleitos por nós, estão onde estão graças a nós e tem todos os gastos pagos por nós.

Por falar em gastos, enquanto eu procurava o ano em que os deputados quase duplicaram os próprios salários, achei num site um vídeo com imagens do telejornal “Bom Dia Brasil”.



Bom Dia Brasil, jan/2009

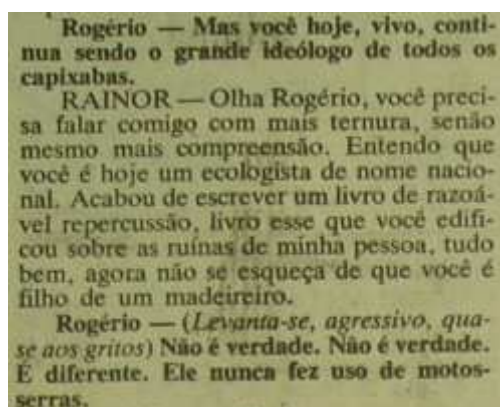
Sabem o que representam os números do gráfico? É o que cada país gasta em média com cada parlamentar em um ano. Brasil, disparado na frente, pagando mais de

10 milhões de reais para cada parlamentar, em média. O salário de lá para cá não mudou, pode até ter aumentado.

Como o vídeo exibia menos de dois minutos do telejornal, não sei se R\$ 10,2 mi era apenas o salário, ou era o salário mais benefícios. Mesmo que seja a segunda opção, o valor é alto.

Como são pessoas que decidem os rumos do nosso país, é aceitável o salário deles ser alto, eles carregam muitas responsabilidades.. Porém, precisa MESMO ser mais de 10 milhões por ano? O custo-benefício realmente vale a pena, se é que há benefício e não apenas custo?

Voltando ao Pasquim nº 777, o tema da entrevista era ecologia – tema raro em toda a história do Pasquim. O entrevistado: Rainor Grecco, considerado o maior desmatador do mundo. Abaixo, um trecho bem interessante:



Rogério — Mas você hoje, vivo, continua sendo o grande ideólogo de todos os capixabas.
RAINOR — Olha Rogério, você precisa falar comigo com mais ternura, senão mesmo mais compreensão. Entendo que você é hoje um ecologista de nome nacional. Acabou de escrever um livro de razoável repercussão, livro esse que você edificou sobre as ruínas de minha pessoa, tudo bem, agora não se esqueça de que você é filho de um madeireiro.
Rogério — (*Levanta-se, agressivo, quase aos gritos*) Não é verdade. Não é verdade. É diferente. Ele nunca fez uso de motosserras.

Pasquim nº 777, 17/05/1984, pág. 7

É raro – pelo menos não me lembro de ter visto antes – o entrevistador se irritar. Mais raro ainda um jornal colocar isso. A maioria dos impressos colocava, e ainda coloca, perguntas e respostas, apenas isso. Hoje, há programas de TV que exploram os bastidores das reportagens (Profissão Repórter, A Liga), coisas que normalmente não aparecem na frente das câmeras. Por razões óbvias, um jornal tem bem menos espaço para relatar o “além da informação”. Entretanto, colocar as emoções do entrevistador e do entrevistado, tentar dar ao leitor uma idéia do ambiente, da conversa, poderia mostrar que as palavras nas entrevistas foram ditas por pessoas, não apenas digitadas numa máquina.

Página 11, texto sobre a ditadura uruguaia. Resumindo bem por cima, tristes semelhanças com a nossa história.

Edição 838, agosto de 1985 (o salto de 84 para 85 é devido ao fato de não ter muitos exemplares daquela fase no Arquivo Público Municipal. E o presidente não era mais Figueiredo, era Sarney). Tiragem: 80 mil – os tempos áureos do Pasquim realmente tinham acabado...

Página 2, um pequeno texto defendendo abertamente o direito ao aborto, dizendo que a mulher é dona do seu próprio corpo, assim como do feto que carrega. O assunto é muito polêmico, livros inteiros poderiam ser escritos sobre ele. Só para dizer que não fiquei em cima do muro: sou a favor do aborto apenas nos casos previstos na lei atual, ou seja, estupro, risco de morte para a mãe e também (este não está previsto em lei) quando estiver comprovado que o bebê não tem chances de sobrevivência – caso de bebês que nascem sem cérebro, por exemplo.

Hoje, se houvesse um meio de comunicação que defenda o aborto (e talvez haja), provavelmente não teria coragem de assumir. Iam cair de pau em cima dele – literalmente.

Exagero? Ouvi dizer que FHC, em 1985, perdeu a eleição para prefeito de São Paulo por se dizer ateu. O raciocínio era: se é ateu, não tem medo de ir para o Inferno. Se não tem medo de ir para o Inferno, não tem medo de fazer coisa errada. Então, como vou confiar num prefeito assim? É rir para não chorar... não ataco, nem defendo FHC, só acho o fim da picada medir o caráter de uma pessoa baseado apenas no fato de ela não acreditar em Deus.

Mesma edição, página 3, texto de Elias Farjado: “Retorno do Congresso – A VOLTA PRA CASA DA MÃE JOANA”. A seguir, alguns trechos:

Com esta fraca atuação, a instituição não conseguiu ainda reconquistar nenhuma das prerrogativas que perdeu durante os anos de autoritarismo.

No trecho acima, ao mencionar “fraca atuação”, Farjado se referiu a fraudes nas votações e trens de alegria (provavelmente, desvio de verbas). Também fez questão de lembrar que os 479 deputados e os 69 senadores eleitos tinham todas as mordomias pagas pelos cidadãos.

Longe de mim defender o Congresso daquela época (tampouco o atual), mas após 20 anos de ditadura, era normal que ele ainda estivesse se recuperando.

Mas há os ridículos, como o Deputado Pedro Lauro, que durante seu mandato apresentou projetos dos mais esdrúxulos. Um deles propunha a mudança da bandeira nacional, o outro propunha um exame antidoping nos artistas para impedi-los de se apresentarem drogados e um terceiro reivindicava que os arremessos laterais no futebol passassem a ser cobrados com os pés e não com as mãos.

Vou ali me curar da vergonha alheia e já volto...

Como dito antes, o Pasquim ainda conservava o humor. Por isso, o texto contava com o box “OS MAIS DO CONGRESSO”:

***Mais colorido* – Haroldo Sanford (PDS-CE). Usa cabelos pintados de verde, gravatas roxas, ternos amarelos, sapatos vermelhos.**

***Mais exibido* – Wilmar Pális (PFL-RJ) também conhecido como “papagaio de pirata”, esforça-se sempre para aparecer ao lado de figuras importantes.**

***Mais viajado* – Senador Saldanha Derzi (PMDB-RJ) é o recordista, desbancando seu concorrente, o ex-Presidente da Câmara Flávio Marcílio (PDS-CE).**

***Mais pidão* – Humberto Lucena (PMDB-PB). Vive pedindo emprego no Palácio do Planalto.**

***Mais festivo* – Israel Pinheiro Filho. Dá altas festas que animam a noite brasiliense.**

***Mais ausente* – Moacyr Franco (PTB-SP).**

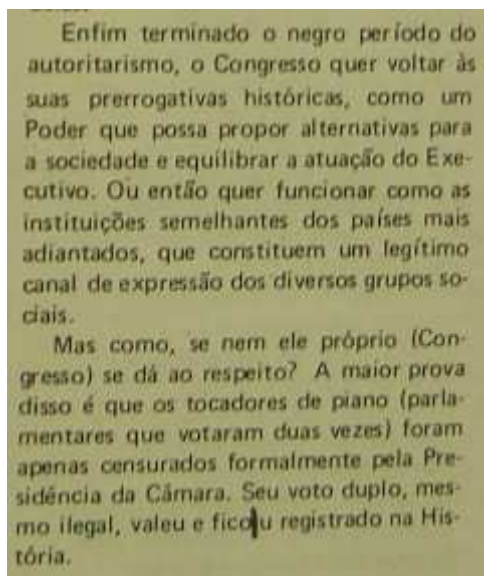
***Mais bonito* – Álvaro Dias (PMDB-PB). Provoca suspiros nas funcionárias.**

***Mais feio* – César Cals (PDS-CE), é claro.**

Não é homônimo, o Moacyr Franco do texto e o Jeca Gay da “Praça é Nossa” são a mesma pessoa.

O jornal ainda tentava manter o humor, embora a diferença fosse gritante. Em 1969 a linguagem era leve, despreocupada, engraçada, gostosa de ler. Em 84 e 85, não era a mesma coisa. As edições não eram ruins, mas estavam muito aquém do nível alcançado antes. O jornal só durou até 1991, por causa da insistência de Jaguar. Ele mesmo Jaguar admite isso em entrevista ao documentário “Pasquim – A subversão do humor”, na qual também se define como “Aquele para quem não avisaram do fim da guerra”.

O texto de Farjado termina assim:



Enfim terminado o negro período do autoritarismo, o Congresso quer voltar às suas prerrogativas históricas, como um Poder que possa propor alternativas para a sociedade e equilibrar a atuação do Executivo. Ou então quer funcionar como as instituições semelhantes dos países mais adiantados, que constituem um legítimo canal de expressão dos diversos grupos sociais.

Mas como, se nem ele próprio (Congresso) se dá ao respeito? A maior prova disso é que os tocadores de piano (parlamentares que votaram duas vezes) foram apenas censurados formalmente pela Presidência da Câmara. Seu voto duplo, mesmo ilegal, valeu e ficou registrado na História.

Pasquim nº 770, 01/08/1985, pág. 3

Até hoje o Congresso não se dá o respeito. E nem me refiro ao episódio do Mensalão, dos Correios, dos Sanguessugas, ou outros. Mas também ao número de Medidas Provisórias aprovadas. Em 2008, Lula já havia superado FHC em número de MPs – sendo que as condenava.

A submissão – para não usar palavra pior – do Legislativo ao Executivo nos últimos anos é algo assustador. Pior: segundo alguns analistas, muitas destas medidas eram inconstitucionais. Isso porque, MPs, de acordo com a Constituição, só podem ser editadas em casos de “relevância e urgência” devendo, de imediato ser submetidas ao Congresso Nacional. Uma das MPs (entrou em vigor em agosto de 2008) foi a transformou a Secretaria de Agricultura e Pesca em ministério e criou quase 300 cargos comissionados para cinco ministérios.

No entanto, era mesmo urgente e relevante criar um novo ministério e criar tantos cargos comissionados? Por causa dessas e de outras, até hoje muitos usam a expressão “cabide de empregos”.

Voltando ao Pasquim: o jornal se permitia dizer aquelas palavras, atacar de maneira tão explícita, porque a ditadura já estava quase no fim, o cerco foi se afrouxando... E àquela altura o Pasquim já tinha tão poucos leitores... nem valia mais a pena tomar iniciativas como a dos tempos áureos...

O Pasquim estava realmente obcecado. De cada dez palavras, onze eram sobre “Diretas Já”... Eles criticavam a grande mídia (pelo menos até 1975), mas ficar martelando a mesma idéia o tempo todo é usar um recurso dela, não?

Tancredo Neves venceu as eleições (indiretas) de 1985. Aliás, o Pasquim apoiava abertamente Tancredo, tanto fazendo capas a favor dele, quanto fazendo capas

atacando o adversário, Paulo Maluf. Esta conduta mostra a mudança mais marcante do jornal: fazer campanha para um candidato.

Quando o Pasquim foi fundado, uma de suas “bandeiras” era não favorecer um candidato em detrimento de outro. Em 1975 o jornal estava mais politizado, mas porque dava mais atenção ao tema “Política”, não se posicionava contra ou a favor de algum político. O apoio explícito a Tancredo já mostrava a mudança de diretriz do jornal.

E não foi só na eleição Tancredo-Maluf. Em 1982 foi feita uma aposta cujo resultado, segundo muitos estudiosos, enfraqueceu muito o jornal.

Nas eleições para governador do Rio de Janeiro, Ziraldo apoiava o candidato do PMDB Miro Teixeira. E quis colocar o jornal a serviço da candidatura dele em troca de anúncios. Jaguar não deixou por menos: apoiava o candidato do PDT, Leonel Brizola, e também usou o jornal para fazer campanha.

Palavras de Mouzar Benedito (como faz tempo que falei dele, não custa repetir: foi colaborador do Pasquim): *“Aí, no final, a briga tava tão forte dentro da Redação, que o Ziraldo e o Jaguar apostaram: Ziraldo tava no PMDB e o Jaguar, no PDT e apostaram quem ficava com o jornal. Se o PDT ganhasse a eleição estadual do Rio de 82, o jornal ficava com o Jaguar. Se ganhasse o PMDB, o jornal ficava com o Ziraldo. O PDT ganhou, com o Brizola como governador, então todo o pessoal ligado ao Ziraldo saiu do jornal, enfraqueceu muito”*.

Segundo Kucinski, autor de “Jornalistas e Revolucionários” iniciativas como o “Cantão do PMDB”, escrito por Ziraldo e “Covil do Jaguar”, totalmente brizolista, desmoralizaram o jornal perante o pouco público que tinha. A queda da irreverência, a perda do interesse nas críticas sociais e culturais e o rompimento com a tradição de não fazer campanha política.

Por outro lado, a pluralidade de opinião foi algo que não mudou no Pasquim. Sempre eram publicadas no jornal opiniões diferentes, às vezes opostas até. O Pasquim dava espaço até para quem o reprovava. Pode até ser que afirmava ainda mais o próprio ponto de vista ao fazer isso.

O jeito de me referir ao jornal pode ter dado a entender que ele era mensal. Na verdade, era semanal, e se tornou quinzenal nos últimos anos. A última edição, de número 1.072, foi publicada em 11 de novembro de 1991.

EPÍLOGO – BALANÇO FINAL

O alívio e a sensação de dever cumprido só vieram, realmente, depois da banca. Esperava passar raspando, mas este livro, meu TCC, recebeu nota 9. De resto, o que ficou foram as ressalvas da banca, como comparações exageradas – segundo um dos professores, eu exagerei nas semelhanças apontadas entre a época da ditadura, e a atual; a ditadura, oficialmente terminada em 1985, já teria sofrido um grande abalo antes – de acordo com outro professor, a abertura começou em 1980.

O Pasquim, pela sua linguagem, pelo jeito de se dirigir ao leitor e por enfrentar o discurso oficial, realmente merece o rótulo de “Alternativo”, mas não seus criadores. A maioria deles já tinha suas carreiras consolidadas antes do Pasquim, nelas permaneceram enquanto o jornal existiu, e nelas ficaram depois que o Pasquim acabou.

A experiência de escrever este livro foi gratificante e (ufa) exaustiva. Quanto mais coisas eu descobria, mais coisas queria descobrir – informações não eram problema, havia um monte, o mais difícil foi achar um jeito de colocar tudo.

O Pasquim, apesar de ser da Imprensa Alternativa, chegou a ser patrocinado por grandes empresas, entre elas, companhias aéreas, marcas de cerveja e empresas de combustível. Algumas daquelas empresas não eram brasileiras, uma contradição para um meio noticioso que vivia atacando as multinacionais. Aliás, fica aqui uma pergunta: supondo que uma grande rede de supermercados patrocinasse o Pasquim. O jornal descobre que a rede em questão está vendendo produtos vencidos aos consumidores. O Pasquim publicaria a matéria, mesmo que isso significasse a perda do patrocinador?

Não digo essas coisas para indispor alguém contra o Pasquim (e nem adiantaria, o jornal acabou há quase duas décadas), mas para lembrar que nem mesmo aquele jornal era perfeito.

O jornalismo romântico, o jornalismo apaixonado, aquele tipo de jornalismo formado por pessoas que queriam mudar o mundo parece ter acabado, ou está em extinção. A preocupação com a velocidade entra em conflito com a apuração rigorosa e a ética, chegando a superá-las em algumas situações. Mudar isso não está apenas nas mãos da imprensa, mas também, do público. Mudando sua exigência, a imprensa responderá – afinal, a Grande Imprensa pelo menos, é formada por empresas. O princípio básico de sobrevivência de uma empresa é ter seus produtos e/ou serviços adequados para os potenciais consumidores.

É duro admitir, mas a atual geração (eu incluso) é conformista, não tem vontade de mudar o que está errado. Ninguém está pedindo para alguém se tornar um ativista político, ou uma pessoa engajada. Entretanto, olhar com mais atenção o que é feito do nosso país não seria má idéia – alguns até morreram para fazer do Brasil um país melhor, não é?

Referências

Câmara dos Deputados. Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/125277.html>

Acesso em: 29 out. 2010.

Folha de São Paulo. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u396476.shtml>.

Acesso em: 10 out. 2010.

Folha de São Paulo. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/817720-ceara-aprova-criacao-de-conselho-para-controlar-a-midia.shtml>

Acesso em: 10 out. 2010.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** Cia. das Letras, 2002.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!:** o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. São Paulo: Vozes, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta Editorial, 1991

Net Saber. Disponível em:

http://www.netsaber.com.br/resumos/ver_resumo_c_2201.html

Acesso em: 23 out. 2010.

O Pasquim, Edição 1. Rio de Janeiro, 1969.

O Pasquim, Edição 7. Rio de Janeiro, 1969.

O Pasquim, Edição 13. Rio de Janeiro, 1969.

O Pasquim, Edição 18. Rio de Janeiro, 1969.

O Pasquim, Edição 22. Rio de Janeiro, 1969.

O Pasquim, Edição 23. Rio de Janeiro, 1969.

O Pasquim, Edição 27. Rio de Janeiro, 1969.

O Pasquim, Edição 317. Rio de Janeiro, 1975.

O Pasquim, Edição 320. Rio de Janeiro, 1975.

O Pasquim, Edição 322. Rio de Janeiro, 1975.

O Pasquim, Edição 331. Rio de Janeiro, 1975.

O Pasquim, Edição 336. Rio de Janeiro, 1975.

O Pasquim, Edição 338. Rio de Janeiro, 1975.

O Pasquim, Edição 770. Rio de Janeiro, 1984.

O Pasquim, Edição 777. Rio de Janeiro, 1984.

O Pasquim, Edição 795. Rio de Janeiro, 1984.

O Pasquim, Edição 819. Rio de Janeiro, 1985.

O Pasquim, Edição 838. Rio de Janeiro, 1985.

O Pasquim, Edição 851. Rio de Janeiro, 1985.

O Pasquim – A Subversão Do Humor. Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=djXaMhl0VEM>

Acesso em: 1 out. 2010.

Terra. Disponível em:

<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI669907-EI306,00.html>

Acesso em: 23 out. 2010.

Vi o mundo. Disponível em:

<http://www.viomundo.com.br/denuncias/o-fim-do-ib-nas-bancas-relembrando-a-batalha-de-1982.html>

Acesso em: 29 out. 2010.